



Mês de Referência: 03

Unidade Gestora 190201 COMPANHIA URB. DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP

Gestão 19201 COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL

AS NOTAS EXPLICATIVAS COMPÕEM O CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ATIVO	NE	31.03.2021	31.12.2020
		972.464.186,90	1.077.556.504,25
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>209.199.917,99</b>	<b>313.722.946,50</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	3	8.785.789,86	7.538.180,03
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	3.1	7.270.806,99	5.617.634,82
RECURSOS VINCULADOS	3.2	1.502.431,19	1.907.993,43
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - DEPÓSITOS E CAUÇÕES		482,68	482,68
RECURSOS VINCULADOS - APLICAÇÕES FINANCEIRAS		12.069,00	12.069,00
<b>CRÉDITOS A CURTO PRAZO</b>	<b>4</b>	<b>121.998.892,29</b>	<b>152.548.719,13</b>
CLIENTES		509.287,17	465.782,43
FATURAS E DUPLICATAS FATURADAS A RECEBER		509.287,17	465.782,43
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER - CONSOLIDAÇÃO	4.1	121.489.605,12	152.082.936,70
RECURSOS A RECEBER SUBVENÇÕES - INTRA OFSS	4.1.1	104.417.698,44	149.440.653,46
RECURSOS A RECEBER - RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	4.1.2	2.569.083,22	2.642.083,22
RECURSOS A RECEBER - RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	4.1.3	14.502.843,46	0,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS À PESSOAL - CONSOLIDAÇÃO	5	3.575.039,81	1.804.401,87
13º SALÁRIO - ADIANTAMENTO		1.298.354,35	0,00
FÉRIAS - ADIANTAMENTO	5.1	2.260.685,46	1.804.401,87
SUPRIMENTO DE FUNDOS		16.000,00	0,00
TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR - CONSOLIDAÇÃO		671.214,68	671.214,68
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	6	403.794,52	406.598,32
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	7	70.622.439,46	71.642.061,73
DEPÓSITOS JUDICIAIS EFETUADOS	7.1	16.968.186,36	16.888.335,47
VALORES APREENDIDOS POR DECISÃO JUDICIAL	7.2	53.654.253,16	54.753.726,26
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDADO	8	3.076.186,75	78.854.848,55
CRÉDITOS A RECEBER - INFRAÇÕES LEGAIS E CONTRATUAIS		1.529.048,51	1.529.048,51
CRÉDITOS A RECEBER POR CESSÃO DE PESSOAL		1.144.641,22	1.190.127,12
CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTES DE PAGAMENTO DE DESPESAS DE TERCEIROS		327.319,51	388.119,95
CRÉDITO A RECEBER POR ACERTO FINANCEIRO COM SERVIDOR E EX-SERVIDOR		63.473,90	62.355,11
JUROS SOBRE CAPITAL PROPOSTOS A RECEBER		11.703,61	11.703,61
DEVEDORES POR CHEQUES DEVOLVIDOS		0,00	21.598,17
VALORES PENDENTES DE LIQUIDAÇÃO	8.1	0,00	75.651.896,08
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - INTRA OFSS		266.190,97	266.190,97
CRÉDITOS A RECEBER POR CESSÃO DE PESSOAL		215.325,31	215.325,31
CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTES DE PAGAMENTO DE DESPESAS DE TERCEIROS		50.865,66	50.865,66
AJUSTE PERDAS DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	9	-1.610.533,89	-1.610.533,89
ESTOQUES	10	1.410.903,53	1.601.265,11
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>11</b>	<b>763.264.268,92</b>	<b>763.833.557,75</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	11.1	150.320.082,18	150.993.095,51
RECURSOS A RECEBER SUBVENÇÕES (INTRA OFSS)	11.1.1	150.320.082,18	150.993.095,51
INVESTIMENTOS	11.2	9.567.936,25	9.567.936,25
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES - CONSOLIDAÇÃO	11.2.1	8.259.294,09	8.259.294,09
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES - INTRA OFSS	11.2.2	1.308.642,16	1.308.642,16
IMOBILIZADO	11.3	602.120.901,86	602.262.366,25
BENS MÓVEIS		49.445.718,79	49.439.213,77
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE BENS MÓVEIS		-32.146.416,60	-31.141.186,06
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO - BENS MÓVEIS	11.3.1	-643.142,20	-643.142,20
BENS IMÓVEIS		590.177.852,49	589.155.266,96
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE BENS IMÓVEIS		-4.713.110,62	-4.547.786,22
INTANGÍVEL	11.4	1.255.348,83	1.010.159,74
SOFTWARES		2.088.560,69	1.733.760,69
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA DE SOFTWARES		-813.211,86	-723.600,95

Fernando Rodrigues Ferreira Leite  
Diretor Presidente  
CPF 131.653.806-00

Rubens de Oliveira Pimentes Junior  
Diretor Financeiro  
CPF 658.878.051-87

Miriam Patrícia Amobim  
Chefe do Depart. de Contabilidade  
CRC-025.032/DF-D


**BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO**

AS NOTAS EXPLICATIVAS COMPÕEM O CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	31.03.2021	31.12.2020
	12	972.464.186,90	1.077.556.504,25
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>12.1</b>	<b>215.206.170,09</b>	<b>303.159.858,77</b>
<b>OBRIG. TRABALHISTAS PREVIDENCIÁRIAS E ASSIST. A PAGAR A CURTO PRAZO</b>	<b>12.1.1</b>	<b>31.421.085,34</b>	<b>28.040.614,42</b>
<b>PESSOAL A PAGAR</b>		<b>15.211.939,39</b>	<b>12.883.108,17</b>
<b>ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR</b>		<b>16.209.145,95</b>	<b>15.157.506,25</b>
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO		2.299.868,61	2.132.003,65
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFSS UNIÃO		13.909.277,34	13.025.502,60
<b>FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO</b>	<b>12.1.2</b>	<b>8.697.269,25</b>	<b>30.107.017,44</b>
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		8.697.269,25	30.107.017,44
<b>OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO</b>		<b>420.243,21</b>	<b>420.243,21</b>
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO		420.243,21	420.243,21
<b>PROVISÕES A CURTO PRAZO</b>	<b>12.1.3</b>	<b>114.686.733,09</b>	<b>107.924.909,87</b>
PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A CURTO PRAZO	12.1.3.1	28.519.166,46	28.533.052,94
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A CURTO PRAZO	12.1.3.2	53.367.564,74	46.591.855,04
PDV - PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	12.1.3.4	32.800.001,89	32.800.001,89
<b>DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO</b>	<b>12.1.4</b>	<b>59.980.839,20</b>	<b>136.667.073,83</b>
VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	12.1.4.1	1.727.644,92	1.558.668,33
VALORES RESTITUÍVEIS - INTRA OFSS	12.1.4.2	48.869.847,11	49.905.215,93
VALORES RESTITUÍVEIS - INTER OFSS UNIÃO	12.1.4.3	33.550,49	164.297,65
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR - RP NÃO PROCESSADOS	12.1.4.4	0,00	75.651.896,08
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR		7.981.486,21	7.981.486,21
VALORES DECORRENTES DE INFRAÇÕES LEGAIS E CONTRATUAIS	12.1.4.5	1.099.906,92	1.137.106,08
VALORES A DEVOLVER AO GDF	12.1.4.6	268.403,55	268.403,55
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>12.2</b>	<b>150.356.874,53</b>	<b>150.923.613,88</b>
<b>PESSOAL A PAGAR</b>		<b>13.547.244,23</b>	<b>14.113.983,58</b>
SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS		0,00	181.608,48
LICENÇA PRÊMIO	12.2.1	13.547.244,23	13.932.375,10
<b>FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO</b>		<b>36.792,28</b>	<b>36.792,28</b>
FORNECEDORES E PRESTADORES DE BENS E SERVIÇOS		36.792,28	36.792,28
<b>OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO</b>		<b>1.969.896,57</b>	<b>1.969.896,57</b>
REFIS	12.2.2	1.969.896,57	1.969.896,57
<b>PROVISÕES A LONGO PRAZO</b>	<b>12.1.3</b>	<b>134.802.941,45</b>	<b>134.802.941,45</b>
PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS		3.662.140,64	3.662.140,64
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A LONGO PRAZO		23.052.867,82	23.052.867,82
OUTRAS PROVISÕES A LONGO PRAZO		108.087.932,99	108.087.932,99
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>12.3</b>	<b>606.901.142,28</b>	<b>623.473.031,60</b>
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	12.3.1	26.713.076,28	26.713.076,28
ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	12.3.2	4.979.861,94	4.959.616,94
RESERVAS DE CAPITAL		11.961.936,70	11.961.936,70
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		582.670.181,07	582.835.505,67
RESERVAS DE LUCROS		18.462.664,93	18.462.664,93
RESULTADO ACUMULADO		-37.886.578,64	-21.459.768,92



**FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE**  
Diretor Presidente  
CPF 131.653.806-00



**RUBENS DE OLIVEIRA PIMENTEL JUNIOR**  
Diretor Financeiro  
CPF 889.878.061-87



**MIRIAM PATRÍCIA AMORIM**  
Chefe do Depart. de Contabilidade  
CRC-025.033/DF-0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO



Unidade Gestora: 190201 COMPANHIA URB. DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP

Gestão: 19201 COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31.03.2021 e 31.03.2020 COM REAPRESENTAÇÃO DESTE NOS TERMOS DA NBC TG 26 (R4)

AS NOTAS EXPLICATIVAS COMPÕEM O CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

OPERAÇÕES CONTINUADAS	NE	31.03.2021	31.03.2020
RECEITAS DE SERVIÇOS		43.472,06	0,00
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		43.472,06	0,00
RECBEITA OPERACIONAL BRUTA		43.472,06	0,00
DEDUÇÕES		-869,44	0,00
ISS		-869,44	0,00
RECBEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13.1	42.602,62	0,00
DESPESAS ADMINISTRATIVAS OPERACIONAIS		-167.939.507,15	-143.184.708,33
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	13.2	-43.091.534,50	-56.172.544,51
ENCARGOS PATRONAIS	13.3	-17.481.089,14	-22.016.198,58
BENEFÍCIOS A PESSOAL		-8.820.217,34	-9.070.367,88
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	13.4	-8.088.123,72	-16.813,64
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		-8.638,51	-5.200,00
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	13.5	-6.076.819,98	-3.743.186,95
VPD - OBRAS E INSTALAÇÕES NÃO INCORPORÁVEIS	13.6	0,00	-5.725.007,88
SERVIÇOS CONSULTORIA E ASSESSORIA		-62.897,80	0,00
JETONS E GRATIFICAÇÕES A CONSELHEIROS	13.7	-194.912,16	-186.790,82
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	13.8	-75.302.371,15	-37.086.634,69
OUTROS SERVIÇOS - PJ		-3.807.238,47	-176.635,89
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	13.9	-7.004.664,58	-8.985.317,78
RESULTADOS DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	13.10	0,00	296.078,53
RESULTADO POSITIVO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		0,00	296.078,53
DESPESAS DE PROVISÕES	13.11	-5.628.154,33	1.805.504,93
VPD DE PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS		-2.000,00	0,00
VPD DE PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS		-6.775.709,70	0,00
REVERSÃO DE OUTRAS PROVISÕES		1.149.555,37	1.805.504,93
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	13.12	-73.945,28	-89.843,62
DESPESAS COM DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES		-1.260.166,05	-799.346,35
REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE BENS MÓVEIS		0,00	-264.283,58
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		259.025,41	21.987,45
VENDA MERCADORIA PRODUÇÃO VEGETAL		6.338,30	4.808,65
TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		205.189,98	17.178,80
VPA - FATOS GERADORES DIVERSOS		47.497,13	0,00
RESULTADO LÍQUIDO NA INCORPORAÇÃO DE ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	13.13	-24.456.399,19	285.087,09
BENS MÓVEIS - FABRICAÇÃO PRÓPRIA		6.505,02	218.446,20
OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		69.095,96	
DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00	15.388,32
INDEN. DANOS CAUSADOS AO PATRIM. PÚBLICO		0,00	55.912,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS - IMOBILIZADO		0,00	-172,22
TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXEC. ORÇ.		-24.517.961,09	-500,00
BAIXA DE IND. DANOS CAUSADOS AO PATRIM.		-4.039,08	-3.987,21
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		-199.056.543,97	-141.928.523,88
RECEITAS FINANCEIRAS	13.14	121.929,81	27.034,50
PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS PELO MÉTODO DE CUSTOS		86.130,52	
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		34.957,61	26.366,49
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS - CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO		841,68	688,01
DESPESAS FINANCEIRAS		-9.542,25	-2.436,47
RESULTADO ANTES DAS TRANSFERÊNCIAS GOVERNAMENTAIS		-188.944.168,41	-141.904.927,85
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.15	212.234.582,43	130.026.504,33
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA		77.519.981,55	1.468.261,20
REPASSO RECEBIDO	13.15.2	125.117.535,91	128.558.243,13
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	13.15.3	-59.095,96	0,00
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO		9.656.160,93	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	13.16	32.422,24	1.255.207,83
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS - INTERGOVERNAMENTAIS		32.422,24	1.255.207,83
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	13.17	13.322.848,26	-10.623.215,89

FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE  
Diretor Presidente  
CPF 131.653.806-00

RUBENS DE OLIVEIRA PIMENTEL JUNIOR  
Diretor Financeiro  
CPF 663.878.061-97

MIRIAN PATRÍCIA AMORIM  
Chefe do Depart. de Contabilidade  
CRC-025.033/DF-D





## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

AS NOTAS EXPLICATIVAS COMPÕEM O CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

COMPOSIÇÃO	NOTA	31.03.2021	31.03.2020
<b>I - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>14.1</b>	<b>2.478.476,38</b>	<b>3.586.164,19</b>
Lucro e/ou Prejuízo do Exercício		13.322.848,26	-10.623.215,89
DEPRECIÇÃO		1.170.555,14	709.802,08
AMORTIZAÇÃO		89.610,91	89.544,27
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO		0,00	264.283,58
DESINCORPORAÇÃO DE IMOBILIZADO		0,00	172,22
DOAÇÃO RECEBIDA - BENS MÓVEIS		0,00	-15.388,32
BENS MÓVEIS - FABRICAÇÃO PRÓPRIA		-6.505,02	-218.446,20
SUPERAVIT OU DEFICIT DO EXERCÍCIO - CONSOLIDAÇÃO		25.547.661,86	0,00
AJUSTES DO PASSIVO (PROVISÕES)		0,00	4.165.263,94
AJUSTES ATIVO NÃO FINANCEIRO - CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO		393,60	0,00
AJUSTES ATIVO NÃO FINANCEIRO - CRÉDITO A RECEBER DE CURTO PRAZO		0,00	-496.379,42
AJUSTES ATIVO NÃO FINANCEIRO - OUTROS CRÉDITOS		-110.708,74	0,00
AJUSTES ATIVO NÃO FINANCEIRO CRÉDITO LONGO PRAZO		0,00	-37.418,34
LUCROS E PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO		-673.013,33	0,00
AJUSTES DO ATIVO (DIREITOS NÃO FIANCEIROS)		-54.679.315,97	0,00
Lucro/Prejuízo Operacional Antes da Variação do Capital Circulante		-15.338.473,29	-6.161.782,09
Variação do Ativo Circulante		105.770.638,35	117.621.460,56
FATURAS E DUPLICATAS FATURADAS A RECEBER		-43.504,74	0,00
RECURSOS A RECEBER - SUBVENÇÕES - INTRA OFSS		45.023.155,04	0,00
RECURSOS A RECEBER - RESTOS A PAGAR PROCESSADO		73.020,00	3.653.211,26
RECURSOS A RECEBER - RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO		-14.502.843,46	58.119.942,00
DEVEDORES POR EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS		0,00	-2.768.306,29
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS		-1.770.637,94	-677.549,03
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO		2.803,80	-52.592,80
VALORES RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS - CONSOLIDAÇÃO		1.019.622,27	0,00
DEPÓSITOS JUDICIAIS EFETUADOS		0,00	659.364,79
VALORES APREENDIDOS POR DECISÃO JUDICIAL		0,00	494.667,76
CRÉDITOS A RECEBER POR CESSÃO DE PESSOAL		45.485,90	-367.012,39
CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTES DE PAGAMENTO DE DESPESAS DE TERC		60.800,44	-51.791,42
CRÉDITO A RECEBER POR ACERTO FINANCEIRO COM SERVIDOR E EX- SERVIDOR		-1.118,79	-5.600,70
DIVIDENDOS / JUROS SOBRE CAPITAL PROPOSTOS A RECEBER		0,00	491.687,80
DEVEDORES POR CHEQUES DEVOLVIDOS		21.598,17	0,00
VALORES A COMPENSAR - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		0,00	-2.299,47
VALORES PENDENTES DE LIQUIDAÇÃO		75.651.896,08	57.814.145,23
ESTOQUES		190.361,58	313.593,82
Variação do Passivo Circulante		-87.953.688,68	-107.873.524,28
PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO		2.328.831,22	3.422.662,23
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO		167.864,96	220.051,31
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFSS - UNIÃO		883.774,74	929.150,96
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO -		-21.409.748,19	-54.204.644,13
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	329.098,55
PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS		-13.886,48	0,00
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A CURTO PRAZO		6.775.709,70	0,00
VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDAÇÃO		168.976,59	168.663,44
VALORES RESTITUIVEIS - INTRA OFSS		-1.035.368,82	-992.844,77
VALORES RESTITUIVEIS - INTER OFSS UNIÃO		-130.747,16	41.514,40
DEPOSITOS DE NATUREZA JUDICIAL		0,00	26.468,96
VALORES DECORRENTES DE INFRAÇÕES LEGAIS E CONTRATUAIS		4.676,01	0,00
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR - RP NÃO PROCESSADO		-75.651.896,08	-57.814.145,23
VALORES DECORRENTES DE INFRAÇÕES LEGAIS E CONTRATUAIS		-41.875,17	500,00
<b>II - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>14.2</b>	<b>126.518,98</b>	<b>-617.352,10</b>
Ingressos/Desembolsos		693.258,33	341.112,94
RECURSOS A RECEBER - SUBVENÇÕES (INTRA-OFSS)		673.013,33	0,00
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL - INTRA OFSS		20.245,00	341.112,94
Ingressos/Desembolsos		-566.739,35	-958.465,04
SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS (P - CONTAS A PAGAR)		-181.608,48	0,00
LICENÇA PRÊMIO LAR - CONTAS A PAGAR		-385.130,87	-624.616,63
PARCELAMENTO DE REFS		0,00	-333.848,41
<b>III - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>14.3</b>	<b>-1.357.385,53</b>	<b>-324.936,00</b>
Desembolsos		-1.357.385,53	-324.936,00
IMOBILIZADO - AQUISIÇÕES		0,00	-324.936,00
OBRAS EM ANDAMENTO DE BENS DE USO COMUM DO POVO A CLASSIFICAR		-1.022.585,53	0,00
INTANGÍVEIS - AQUISIÇÕES		-334.800,00	0,00
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)</b>	<b>14.4</b>	<b>1.247.609,83</b>	<b>2.643.866,09</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - FINAL		8.785.789,86	5.248.007,25
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - INICIAL		7.538.180,03	2.604.141,16
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)</b>		<b>1.247.609,83</b>	<b>2.643.866,09</b>

 FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE  
 Diretor Presidente  
 CPF 331.653.806-00

 RUBENS DE OLIVEIRA PIMENTA JUNIOR  
 Diretor Financeiro  
 CPF 609.878.061-87

 MARIANA PATRICIA AMORIM  
 Chefe de Dept. de Contabilidade  
 CRC-025.033/DF-D



Mês de Referência: 03

Unidade Gestora 190201 COMPANHIA URB. DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP

Gestão 19201 COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	Capital Social	Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Resultados Acumulados	TOTAL
Saldo em 01.01.2020	26.713.076,28	0,00	11.961.936,70	583.489.491,12	18.450.664,93	-10.362.749,80	630.252.419,23
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.594.047,83	3.594.047,83
Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital	0,00	341.112,94	0,00	0,00	0,00	0,00	341.112,94
Reserva de Incentivos Fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	-12.000,00	0,00
Prejuízo do Exercício em 31.03.2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-10.623.215,89	-10.623.215,89
Saldo em 31.03.2020	26.713.076,28	341.112,94	11.961.936,70	583.489.491,12	18.462.664,93	-17.403.917,86	623.564.364,11

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	Capital Social	Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Resultados Acumulados	TOTAL
Saldo em 01.01.2021	26.713.076,28	4.959.616,94	11.961.936,70	582.835.505,67	18.462.664,93	-21.459.768,92	623.473.031,60
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-29.914.987,58	-29.914.987,58
Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital	0,00	20.245,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.245,00
Realização Financeira do Ajuste de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	-165.324,60	0,00	165.324,60	0,00
Resultado do Exercício em 31.03.2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.322.848,26	13.322.848,26
Saldo em 31.03.2021	26.713.076,28	4.979.861,94	11.961.936,70	582.670.181,07	18.462.664,93	-37.886.578,64	606.901.342,28

  
**FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE**  
 Diretor Presidente  
 CPF 131.653.806-00

  
**RUBENS DE OLIVEIRA PIMENTA JÚNIOR**  
 Diretor Financeiro  
 CPF 549.878.061-87

  
**PATRICIA ANDRIM**  
 Chefe do Dept. de Contabilidade  
 CRC-025.033/DF-O



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE**



Mês de Referência: 03  
 Unidade Gestora 190201 COMPANHIA URB. DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP  
 Gestão 19201 COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL

AS NOTAS EXPLICATIVAS COMPÕEM O CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

	NOTA	31.03.2021	31.03.2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	13.17	13.322.848,26	(10.623.215,89)
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15.1	(29.914.082,56)	3.582.047,83
REALIZAÇÃO DO AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	15.2	105.324,00	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>		<b>(16.485.939,30)</b>	<b>(7.041.168,06)</b>

*[Assinatura]*  
**FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LITE**  
 Diretor Presidente  
 CPF: 333.655.896-00

*[Assinatura]*  
**AURELIO DE OLIVEIRA BRANT DE ALMEIDA**  
 Diretor Financeiro  
 CPF: 819.878.053-87

*[Assinatura]*  
**ANILIA PATRÍCIA AMORIM**  
 Chefe do Departamento de Contabilidade  
 CRC: 003.022/03-0



## NOTAS EXPLICATIVAS

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL DA NOVACAP

Empresa Pública do ramo da construção civil, criada em 1956, com capital fechado dividido em ações pertencentes ao DISTRITO FEDERAL e a UNIÃO, com participações societárias de 56,12% e 43,88%, respectivamente. É obrigada ao cumprimento da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e, desde 1º de julho de 2018, à Lei nº 13.303, de 2016, quanto ao cumprimento das normas da Comissão de Valores Mobiliários sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras, e à obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado nesse órgão.

#### 1.1 Natureza das Operações

Estatutariamente, a **NOVACAP** tem por objeto:

- I - a execução, diretamente ou por meio de contratos com entidades públicas ou privadas, dos projetos de construção civil e de urbanização de interesse do Distrito Federal;
- II – o desenvolvimento de trabalhos de conservação e reparos de edifícios próprios do Governo do Distrito Federal e de outras obras públicas, que mediante contratos ou convênios, lhe forem atribuídas;
- III – a realização de atividades de elaboração, análise e aprovação de projetos, bem como as relativas à execução, fiscalização e gerenciamento, direto ou indireto, de obras e serviços de engenharia, arquitetura, urbanização, drenagem pluvial, pavimentação, conservação de áreas verdes e paisagismo no Distrito Federal.
- V – a execução de outras obras de infraestrutura urbana que lhe forem confiadas mediante contratos ou convênios;
- VI – o desenvolvimento de estudos e projetos vinculados aos seus objetivos sociais.

#### 1.2 Dependência orçamentária e financeira

A NOVACAP é **Empresa Estatal Dependente do Governo do Distrito Federal**, nos termos do art. 2º, III da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

A quase a totalidade da execução orçamentária da **NOVACAP** provém de recursos do Tesouro do Distrito Federal para o custeio geral, de despesas com pessoal, e aquisição de bens para uso na prestação de serviços vinculados à sua atividade principal. Depende do recebimento de **TRANSFERÊNCIAS CORRENTES** destinadas ao custeio; e **TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL** - para investimentos de finalidade pública específica.

Obriga-se ao uso do **Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil (SIAC) do Sistema Integrado de Gestão Governamental (SIGGO)**, na modalidade total.

Cumpra-lhe, suplementarmente, apresentar Demonstrações Contábeis segundo os registros contábeis determinados para os fatos regidos pela **Lei nº 4.320, de 17/03/1964**, além daqueles ligados aos aspectos societários regidos pela **Lei nº 6.404/76**, com as alterações promovidas pelas **Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09**.

Por orientação da Secretaria do Tesouro Nacional, Órgão Central de Contabilidade Pública no Brasil, em termos orçamentários, prevalecem as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

#### 1.3 Riscos ligados ao COVID 19

A DIRETORIA EXECUTIVA da COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP, no uso das atribuições que lhe confere o art. 24, do Estatuto Social vigente da Empresa, em razão da atual situação de emergência decretada no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, em decorrência da necessidade de contenção, prevenção e redução dos riscos de disseminação e contágio do novo coronavírus (COVID-19), divulgou as Instruções nº:

a) **170 NOVACAP/PRES/AESP**, de 25 de março de 2021, por meio da qual se constituiu a COMISSÃO EXECUTIVA MISTA, no âmbito da Companhia, em conjunto com a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES, para coordenar os trabalhos de análise de viabilidade técnica e legal, acompanhamento e contratação de Empresa especializada, objetivando a construção de estrutura para **03 (três) HOSPITAIS DE CAMPANHA** com até **100 Leitos de UTI**, cada, nas regiões do Gama, Ceilândia e área central de Brasília no Distrito Federal, em locais adequados definidos, tecnicamente, pela NOVACAP, com prazo de 30 dias para a conclusão.

b) **003 - NOVACAP/DIREX**, de 11 de março de 2021 por meio da qual, entre outras medidas, determinou o distanciamento mínimo de 2 metros entre os empregados, em serviço presencial, nas unidades administrativas e que, em caso de necessidade, informou sobre a possibilidade de adoção de outras medidas contentivas necessárias, devidamente justificadas e submetidas aos superiores.

### 2. BASES DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas com base NBC TG Estrutura Conceitual - Resolução nº. 1.121/08, utilizando-se de bases confiáveis para a mensuração, em particular as relativas à depreciação, amortização, provisões, contingências e tributos segundo o regime de competência, de modo a preservar a qualidade da informação e a evidenciar a situação financeira, patrimonial, econômica e orçamentária da Companhia.



## 2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As presentes demonstrações contábeis são apresentadas em Reais. Não houve movimentação em moedas estrangeiras no período a que se referem as demonstrações contábeis.

## 2.2 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados a ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores definitivos das transações envolvendo tais estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação, quando os ajustes contábeis correspondentes são realizados. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, por eventual inexatidão nas previsões dos valores de execução das ações judiciais nas quais a Companhia figura como polo passivo. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota 12.1.3 Provisões.

## 2.3 Bases Gerais de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e suas alterações, incluindo Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que foram aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Todas as informações relevantes, próprias das demonstrações contábeis evidenciadas correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

## 2.4 Mudanças nas práticas contábeis e divulgações – Despesas de Exercícios Anteriores

Foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal o **Decreto nº 41.652**, de 28 de dezembro de 2020, que criou novas regras para o pagamento de dívidas de órgãos e entidades do Distrito Federal, e determinou a baixa dos valores constantes nas contas contábeis especificadas no Anexo I deste Decreto, de forma automática, no Sistema Integrado de Gestão Governamental do Distrito Federal – SIGGO/DF, no dia 30 de janeiro de 2021.

Bem assim, autorizou as Unidades Gestoras a reestabelecer os registros contábeis baixados até 30 de abril de 2021, desde que devidamente fundamentados na legislação vigente, acompanhados da documentação comprobatória do fato gerador e sucedidos do consequente processo de reconhecimento de dívida para pagamento. Especificamente no caso dos fornecedores o Decreto estabeleceu que a adesão ao processo de reconhecimento de dívida é facultativa e deve ser iniciada por meio de requerimento apresentado pelo credor, ou seu representante legal, ao órgão ou entidade que reconheceu a dívida até 2 de maio de 2021.

### 2.4.1 Impacto no patrimônio líquido da mudança em função do Decreto nº 41.652/2020

O impacto do desreconhecimento de passivos de exercícios anteriores, sem correspondências em baixas de ativos, a contrapartida foi lançado diretamente no patrimônio líquido da Companhia, na conta intitulada Superávit ou Déficit do Exercício. No período que antecedeu ao lançamento de baixa automática, procedeu-se à análise de cada um dos processos associados às Despesas de Exercícios Anteriores (DEA), tanto para verificar a conformidade com as condições impostas pelo Decreto, quanto para identificar a eventual judicialização, para fins de transferência de valores para as contas de provisões para riscos judiciais.

CONTAS	SALDO ANTERIOR	SALDOS BAIXADOS
SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS - CURTO PRAZO	161.372,15	(161.372,15)
SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS - LONGO PRAZO	181.608,48	(181.608,48)
FORNECEDORES DE BENS E MATERIAIS	944,19	(944,19)
FORNECEDORES DE SERVIÇOS	2.854.786,09	(2.854.786,09)
EMPREITEIROS DE OBRAS NÃO IMOBILIZÁVEIS	22.546.487,87	(22.546.487,87)
<b>TOTAL</b>	<b>25.745.198,78</b>	<b>(25.745.198,78)</b>

### 2.4.2 Impacto no patrimônio líquido por outros ajustes de exercícios anteriores.

Foram registrados no primeiro trimestre de 2021, ajustes devedores de exercícios anteriores no valor de **R\$ 55.462.644,44**, que em sua quase totalidade se referem à rotina de ajustes de subvenções a receber a curto e a longo prazos, que somados aos ajustes credores informados na **nota nº 2.4.1**, perfazem **R\$ 29.914.982,58** de ajustes negativos do patrimônio líquido, conforme detalhamento da **nota nº 15.1**.



### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL

As disponibilidades necessárias à manutenção e giro das operações da Companhia aos depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais em até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. O saldo é apresentado líquido de valores apreendidos por decisões judiciais, na demonstração dos fluxos de caixa.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL (em R\$)	31.03.2021	31.12.2020
BANCOS CONTA MOVIMENTO	7.270.806,99	5.617.634,92
RECURSOS VINCULADOS	1.502.431,19	1.907.993,43
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - DEPÓSITOS E CAUÇÕES	482,68	482,68
RECURSOS VINCULADOS - APLICAÇÕES FINANCEIRAS	12.069,00	12.069,00
<b>TOTAL</b>	<b>8.785.789,86</b>	<b>7.538.180,03</b>

#### 3.1 Bancos Conta Movimento

Na condição de Estatal Dependente, a NOVACAP recebe repasses de recursos governamentais, na conta do Banco de Brasília, para a quitação de passivos decorrentes das ações praticadas, regularmente, para o funcionamento da Companhia.

BANCOS CONTA MOVIMENTO (em R\$)	31.03.2021	31.12.2020
BANCO DE BRASÍLIA S/A	7.207.103,17	5.553.926,60
BANCO DO BRASIL S/A	4.712,71	4.712,71
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	58.991,11	58.995,61
<b>TOTAL</b>	<b>7.270.806,99</b>	<b>5.617.634,92</b>

#### 3.2 Recursos Vinculados

Contas bancárias que controlam as descentralizações de recursos das unidades orçamentárias descentralizadoras de créditos à NOVACAP, por meio de convênios ou instrumentos similares.

RECURSOS VINCULADOS (em R\$)	31.03.2021	31.12.2020
BANCO DE BRASÍLIA	1.246.113,99	1.615.440,17
BANCO DO BRASIL	35.489,99	35.489,99
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	220.827,21	257.063,27
<b>TOTAL</b>	<b>1.502.431,19</b>	<b>1.907.993,43</b>

Predominantemente, a variação de saldo ocorreu na conta do Banco de Brasília, pelo recebimento de recursos destinados ao pagamento de medições de obras ou serviços executados por meio de Convênios, quais sejam:

Descrição do Convênio	Objeto	31.12.2020	Pagos	31.03.2021
Convênio nº 007/2016 - TERRACAP	Serviços contínuos de operação, manutenção preventiva e corretiva do gramado do campo de futebol e seus respectivos sistemas de irrigação e drenagem, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, no Estádio Nacional de Brasília - Mané Garrincha	11.806,31	0,00	11.806,31
Convênio nº 102/2014 - TERRACAP	Execução de serviços contínuos de operação, manutenção preventiva, corretiva, assistência técnica e fornecimento de peças de reposição, incluindo mão de obra, para 20 elevadores e em 12 escadas rolantes do Estádio Nacional de Brasília - Mané Garrincha.	60.000,00	0,00	60.000,00
Convênio nº 002/2016 - SEMA	Construção de 03 (três) centros de triagem e reciclagem de resíduos sólidos e 01 (uma) central de comercialização de materiais recicláveis, no imóvel cedido pela Secretaria de Patrimônio da União à CETCOOP, localizado no Pátio Ferroviário de Brasília, situado entre a EPIA, EPCL, EPCA e SAAN, da Região Administrativa de Brasília-DF	954.968,30	0,00	954.968,30
Convênio nº 060/2019 - TERRACAP	Execução obras de pavimentação asfáltica e meios fios na Região Administrativa de Vicente Pires	189.000,00	0,00	189.000,00
Convênio nº 047/2020 - TERRACAP	Execução de obras de pavimentação asfáltica, meios-fios e bocas de lobo na rua 08, entre as ruas 03 e 07, em Vicente Pires / DF.	399.665,56	369.326,18	30.339,38
<b>TOTAL</b>		<b>1.615.440,17</b>	<b>369.326,18</b>	<b>1.246.113,99</b>

O saldos de **R\$ 35.489,99** da conta do Banco do Brasil – recursos vinculados - corresponde a valores bloqueados sem identificação dos processos judiciais a que se vinculam, o que inviabiliza a transferência de saldos para a conta de valores apreendidos.

### 4. CRÉDITOS A CURTO PRAZO

São valores a receber por fornecimento de bens e serviços realizáveis em até 12 meses da data das demonstrações.

#### 4.1 Créditos de Transferências a Receber – Consolidação

Direitos de transferências a receber por subvenções governamentais, realizáveis no curto prazo, a saber:

CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER	Em R\$	
	31/03/2021	31/12/2020
RECURSOS A RECEBER – SUBVENÇÕES – INTRA-OFSS	104.417.698,44	149.440.853,48
RECURSOS A RECEBER - RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.569.063,22	2.642.083,22
RECURSOS A RECEBER - RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	14.502.843,46	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>121.489.605,12</b>	<b>152.082.936,70</b>

#### 4.1.1 Recursos a Receber – Subvenções - INTRA OFSS

O saldo de **R\$ 149.440.853,48**, inscrito ao fim do exercício se deve à condição de Estatal Dependente dos cofres do Tesouro do Distrito Federal. Essas subvenções a receber se referem a recursos financeiros a serem repassados à NOVACAP pela Subsecretaria do Tesouro do Distrito Federal para cobertura dos seguintes gastos

NATUREZA DAS DESPESAS QUE ORIGINARAM AS SUBVENÇÕES A RECEBER INTRA- OFSS	31.03.2021	31.12.2020
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	44.728.312,41	76.480.764,27
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	58.672.961,29	49.447.585,32
4 - INVESTIMENTOS	596.181,53	23.092.260,68
6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	420.243,21	420.243,21
<b>TOTAL</b>	<b>104.417.698,44</b>	<b>149.440.853,48</b>

Destaca-se o decréscimo de **R\$ 31.752.451,86** no total das subvenções a receber INTRA-OFSS, evidenciado na categoria de pessoal e encargos, como reflexo da redução de gastos dessa natureza em razão do **Programa de Desligamento Voluntário - PDV 2020-2025**.

#### 4.1.2 Recursos a Receber – Restos Pagar Processados

Essa conta representa os recursos a receber inscritos conforme o Decreto nº 41.277, de 2020, exclusivamente da **fonte 100 - TESOURO**, para subsidiar as obrigações liquidadas, porém não pagas até 31.03.2021, descritas a seguir:

RECURSOS A RECEBER - RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (em R\$)			
DESCRIÇÃO DA FONTE: 100 - TESOURO DO DISTRITO FEDERAL			
CATEGORIA DE GASTOS	DESCRIÇÃO	31.03.2021	31.12.2020
1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR - FONTE TESOURO	856.000,12	856.000,12
3	FORNECEDORES - FONTE TESOURO	1.019.854,60	1.019.854,60
4	EMPREITEIROS DE OBRAS NÃO IMOBILIZÁVEIS (P - CONTAS A PAGAR) - FONTE TESOURO	693.208,50	766.228,50
<b>TOTAL</b>		<b>2.569.063,22</b>	<b>2.642.083,22</b>

#### 4.1.3 Recursos a Receber – Restos Pagar Não Processados

Por orientação da Ata nº 02/2020, no âmbito do processo SEI nº 00112-00001378/2020-42, relativa à mudança de parâmetros de contabilização da inscrição dos restos a pagar não processados de 2020, para as empresas dependentes do Tesouro do Distrito Federal, com vistas a evitar a duplicidade de valores de ativos e passivos, em 1º de janeiro de 2021, foram inscritos os correspondentes recursos a receber de restos a pagar não processados, relativos ao exercício de 2020, no valor total de **R\$ 70.976.152,45**.

Os pagamentos das obrigações dos fornecedores se deu normalmente e, em 31.03.2021, permaneciam sem liquidação empenhos no valor total de **R\$ 14.502.843,46**.

FONTE: 100 - TESOURO DO DISTRITO FEDERAL				
CATEGORIA DE GASTOS	DESTINAÇÃO DOS RECURSOS A RECEBER - RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (em R\$)	31.03.2021	01.01.2021	31.12.2020
CATEGORIA 3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.942.867,56	36.449.690,06	0,00
CATEGORIA 4	INVESTIMENTOS	10.559.975,90	34.526.462,39	0,00
<b>RECURSOS A RECEBER - SUBVENÇÕES - LONGO PRAZO (INTRA OFSS)</b>		<b>14.502.843,46</b>	<b>70.976.152,45</b>	<b>0,00</b>

### 5. ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL - CONSOLIDAÇÃO

De acordo com as rotinas parametrizadas para a Folha de Pagamento, definidas para o Sistema Integrado de Recursos Humanos do Distrito Federal - SIGRH, as regularizações dos saldos das contas contábeis de se processaram regularmente. Os controles de saldos são realizados mensalmente, por meio da conciliação dos registros contábeis com os dos relatórios emitidos pelo SIGRH.

ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO (em R\$)		
	31.03.2021	31.12.2020
13º SALÁRIO – ADIANTAMENTO	1.298.354,35	0,00
FÉRIAS - ADIANTAMENTO	2.260.685,46	1.804.401,87
SUPRIMENTO DE FUNDOS	16.000,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.575.039,81</b>	<b>1.804.401,87</b>



## 5.1 Férias - Adiantamento

O adiantamentos de férias é concedidos aos empregados em obediência à legislação trabalhista. O desconto dos adiantamentos acontece sempre no mês seguinte, salvo suspensão do desconto nos termos amparados por lei.

Nos meses em que são descontados os adiantamentos de férias, a NOVACAP concede aos empregados esse empréstimo, em atenção aos termos do Acordo Coletivo de Trabalho – **ACT 2018/2019**, cláusula quadragésima, o qual aduz: "A NOVACAP concederá o valor correspondente ao adiantamento de férias recebido, a título de empréstimo salarial, que será devolvido em 10 (dez) parcelas mensais e iguais". As inscrições de concessões e as baixas pelos descontos são realizadas com base em relatórios parametrizados e emitidos pelo SIGRH.

Para fins de consolidação com o PCASP da Federação, que não dispõe de conta de natureza semelhante, houve mudança no Plano de Contas do Governo do Distrito Federal. Os saldos antes controlados separadamente por meio da conta Empréstimo Salarial de Férias foram adicionados aos Adiantamentos de Férias.

## 6. CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO

Registram-se ao valor original, acrescentando-se as correções monetárias, juros ou multas legalmente incidentes as multas e juros pagos pela NOVACAP, que requerem apuração com vistas à provável imputação de responsabilidade ou à absorção do prejuízo pela Companhia, que somente ocorre mediante expressa decisão da Diretoria Executiva.

CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO (em R\$)	31.03.2021	31.12.2020
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO DECORRENTES DE PROCESSOS	37.641,60	37.248,00
CRÉDITOS A RECEBER DE RESPONSÁVEIS POR DANOS OU	335.599,24	335.599,24
MULTAS E JUROS DE SERVIDORES RESPONSABILIZADOS – TCE	30.553,68	33.751,08
<b>TOTAL</b>	<b>403.794,52</b>	<b>406.598,32</b>

## 7. DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS

DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS (em R\$)	31.03.2021	31.12.2020
DEPÓSITOS JUDICIAIS EFETUADOS - FONTE TESOURO	16.555.653,93	16.475.803,10
DEPÓSITOS JUDICIAIS EFETUADOS - FONTE PRÓPRIA	412.532,37	412.532,37
VALORES APREENDIDOS POR DECISÃO JUDICIAL - GESTÃO NÃO TESOURO	2.949.851,78	3.973.561,56
VALORES APREENDIDOS POR DECISÃO JUDICIAL - GESTÃO NÃO TESOURO	12.492.548,49	12.492.548,49
VALORES APREENDIDOS POR DECISÃO JUDICIAL - GESTÃO TESOURO	36.705.825,03	36.781.588,35
VALORES APREENDIDOS POR DECISÃO JUDICIAL - GESTÃO NÃO TESOURO	1.506.027,86	1.506.027,86
<b>TOTAL</b>	<b>70.622.439,46</b>	<b>71.642.061,73</b>

Os depósitos restituíveis e valores vinculados compreendem os depósitos judiciais compulsórios, bem como os saldos financeiros bloqueados judicialmente, sequestrados por sentença judicial definitiva, que aguardam a obtenção de saldo orçamentário que permita a transferência para a conta de despesa, em obediência ao preceito do art. 60 da Lei nº 4.320, de 1964. Os depósitos são controlados pelo Sistema de Informações Jurídicas - SISJUR, até que haja o pagamento da ação judicial a que se vinculam, quando tais recursos podem ou não ser convolados em penhora para adimplir os valores contestados. Excessos de valores depositados em favor dos demandantes, após o adimplemento do crédito, e consequente devolução do saldo em favor da Companhia, se houver, são registrados na data do fato gerador e imediatamente devolvidos a SUTES/SEF. O mesmo ocorre com os saldos apreendidos, exceto em caso de inexistência de saldos de empenho para reconhecimento dos valores sequestrados, que permitem a baixa para a despesa. Também nesse caso as devoluções de recursos ao Tesouro do Distrito Federal acontecem no caso de completo êxito na lide, por parte da NOVACAP. As solicitações de suplementação meramente orçamentária para regularização dos saldos bloqueados e sequestrados judicialmente são acompanhadas por meio do processo 00112-00002994/2021-00, ao qual foram anexados os processos nº 00112-00038334/2018-53, 00112-00038873/2019-73, 00112-00028234/2019-08 e 00112-00014098/2020-02. O atendimento aos requerimentos de suplementação orçamentária por parte do Tesouro do Distrito Federal tem sido inviabilizado pelas contantes ocorrências de frustração de arrecadação de receitas, devidas a questões econômicas e conjunturais.

### 7.1 Depósitos Judiciais Efetuados - Fonte Tesouro

Sempre que demandada judicialmente, a NOVACAP efetiva depósitos bancários em favor de ações trabalhistas. Ao término do primeiro trimestre de 2021, esses depósitos totalizaram **R\$ 16.968,186,30**, valendo-se de repasses financeiros da SUTES/SEF/SEEC, sob condição de devolução, em caso de êxito total ou parcial na lide.

### 7.2 Valores Apreendidos por Decisão Judicial

Os bloqueios judiciais, denominados valores apreendidos, foram realizados pelo **SISBACEN - Sistema de Informações do Banco Central, em cumprimento de ordens judiciais em ações cíveis e trabalhistas**. Sempre que demandada a Companhia envida todos os esforços para o pagamento das ações. As apreensões de valores somente ocorrem quando as limitações financeiras da Companhia e do Governo do Distrito Federal inviabilizam a realização



dos depósitos judiciais ordenados. Apresenta-se a série histórica dos valores apreendidos que, em 31.03.2021, totalizaram **R\$ 53.654.253,16**.

Em R\$	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2020	31.03.2021
VALORES APREENDIDOS POR DECISÃO JUDICIAL	2.427.019,69	1.827.203,83	4.311.810,15	23.703.884,81	43.504.186,59	55.531.364,60	54.753.726,26	53.654.253,16

O aumento de saldos nessa conta, observado a partir de 2016, se deve à sucumbência da NOVACAP em processos judiciais decorrentes do cancelamento dos empenhos que deveriam ter sido inscritos como restos a pagar em 31.12.2014. Por relevante, informa-se que a não inscrição se deu por imposição do Decreto nº 36.182, de 23 de dezembro de 2014 que cancelou os empenhos realizados a partir de 1º de maio de 2014, relativos as fontes 100, 101, 102, 105 e 109, que não tivessem sido liquidados à data de sua publicação.

## 8. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDADO

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDADO (em R\$)	31.03.2021	31.12.2020
CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTES DE INFRAÇÕES LEGAIS CONTRATUAIS	1.529.048,51	1.529.048,51
CRÉDITOS A RECEBER POR CESSÃO DE PESSOAL	1.144.641,22	1.190.127,12
CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTES DE PAGAMENTO DE DESPESAS DE TERCEIROS	327.319,51	388.119,95
CRÉDITO A RECEBER POR ACERTO FINANCEIRO COM SERVIDOR E EX SERVIDOR	63.473,90	62.355,11
DIVIDENDOS PROPOSTOS A RECEBER - AÇÕES PREFERENCIAIS NOMINATIVAS	4.435,76	4.435,76
DIVIDENDOS PROPOSTOS A RECEBER - AÇÕES ORDINÁRIAS NOMINATIVAS	7.267,85	7.267,85
DEVEDORES POR CHEQUES DEVOLVIDOS	0,00	21.598,17
VALORES PENDENTES DE LIQUIDAÇÃO	0,00	75.651.896,08
<b>TOTAL</b>	<b>3.076.186,75</b>	<b>78.854.848,55</b>

Registram-se ao valor original e, posteriormente, quando aplicável, são mensurados por seu valor de realização, acrescentando-se correções monetárias e juros incidentes.

A redução de valor desses recebíveis decorre predominantemente da mudança da política contábil de registro dos valores pendentes de liquidação registrados em contrapartida da inscrição de restos a pagar não processados, em rotina de encerramento do exercício de 2020, política contábil, para reconhecer os empenhos com ordens de serviços emitidas, cuja confirmação dos valores a pagar estejam pendentes de comprovação por ações de liquidação da despesa orçamentária, que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, com base em documentos comprobatórios do respectivo crédito (Lei n o 4.320/64 artigo 63).

### 8.1 Valores Pendentes de Liquidação

Em atendimento às normas de encerramento do exercício de 2020, a NOVACAP registrou em seus ativos, como pendentes de liquidação, a correspondência de saldos inscritos no passivo, a título de restos a pagar não processados no valor de **R\$ 75.651.896,08** por meio de rotina automática do SIGGo, no dia 31.12.2020.

Em 2021, conforme modelo parametrizado do mesmo sistema, os valores pendentes foram integralmente regularizados pela liquidação dos restos a pagar não processados ou pelo cancelamento dos saldos não utilizados.

## 9. AJUSTES PERDAS DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

A NOVACAP reporta o risco por perdas de créditos de liquidação duvidosa, nos termos das normas vigentes, sendo provável a não realização dos valores descritos a seguir.

113910401 (-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		R\$
1	Processo judicial 2000.01.1.090477-4 - Execução frustrada - expedida certidão de crédito em favor da NOVACAP, ainda não prescrito o direito.	2.654,93
2	Processo nº 00112-00019467/2019-82. Apesar êxito no processo judicial nº 0702614-81.2018.8.07.0018, não foram localizados bens a penhora. Processo Judicial suspenso por um ano.	7.703,73
3	Houve êxito no processo judicial nº 2005.01.1.026535-3, porém não foram localizados bens a penhora. Expedida certidão de crédito.	5.097,04
4	Processo nº 112.002.747/2002. Embora tenha alcançado êxito no processo judicial nº 2002.01.1.101937-5, não foram localizados bens a penhora.	6.897,00
5	Processo nº 112.000261/2002, volume II, folha 287. Embora tenha alcançado êxito no processo judicial nº 2005.01.1.101937-5, não foram localizados bens a penhora.	269,73
6	Risco de perda provável, processo nº 112.001757/2004-00.	673,91
7	Processo nº 00112-00019487/2019-82. Embora tenha alcançado êxito no processo judicial nº 2007.01.1.053890-6, não foram localizados bens a penhora. Expedida certidão de crédito.	2.941,82
8	Processo nº 00112-00019487/2019-82. Embora tenha alcançado êxito no processo judicial nº 2013.01.1.064743-3, não foram localizados bens a penhora.	3.351,09
9	Processo nº 00112-00019487/2019-82. Embora tenha alcançado êxito no processo judicial nº 2013.01.1.064743-3, não foram localizados bens a penhora.	16.024,50
10	Processos nº 112.002967/2012 e 112.003923/2012. A demanda foi julgada procedente e transitou em julgado, porém o processo judicial foi arquivado provisoriamente em virtude da não localização de bens passíveis de penhora em nome da Executada.	177.942,50
11	Processo nº 00112-00019487/2019-82. Ação julgada procedente. O cumprimento de sentença está suspenso por 1 ano, pois não foram localizados bens passíveis de penhora.	1.049.905,15
12	Processo nº 2005.01.1.026535-3, PROC 112.004.543/1998- registro 2000NL9440. Embora tenha alcançado êxito no processo judicial nº 0702614-81.2018.8.07.0018, não foram localizados bens a penhora. Proc. Jud. suspenso por um ano.	50.014,11
13	Após êxito no Processo Judicial nº 0702213-82.2018.8.07.0018 por parte da NOVACAP nos autos do Cumprimento de Sentença foram realizadas várias diligências no sentido de localizar ativos da devedora para satisfazer o débito, mas não foram encontrados. Posteriormente, foi celebrado acordo para pagamento parcelado do débito pela reclamada, conforme deliberação da Diretoria Executiva (29067248). Homologado o acordo em Juízo (42023541) o Executado efetuou o pagamento das parcelas referentes a fevereiro e março de 2020. Em abril, a reclamada peticionou judicial e administrativamente requerimento pela suspensão do acordo pelo período de 6 (seis) meses, informando problemas financeiros em virtude da pandemia da COVID-19.	82.366,46



113910401 (-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		R\$
14	Crédito a receber por danos ao patrimônio. Ação de cobrança judicial nº 2011.01.1.204209-5, ex-empregado, CPF 310.598.131-49 - Id nº 8689 OAB/DF - proc. 112.004.289/11, 3395/11, 2029/12- registro 2011NL7758.	195.135,80
15	Ação de cobrança por Termo de Rescisão Contratual fechado com saldo devedor, em desfavor do ex-empregado matr. 18.500-0 - proc. 112.000.283/2018- registro 2018NL9440.	6.119,61
16	Depósitos judiciais em favor de ações de diversas ações trabalhistas.	3.436,51
<b>TOTAL</b>		<b>1.610.533,89</b>

## 10. ESTOQUES

A NOVACAP constitui a comissão para execução do inventário anual do material de almoxarifado do exercício de 2020, por meio da publicação Instrução nº 529, de 12/11/2020, republicada nos termos da Instrução nº 572, de 08/12/2020, em atenção ao Decreto nº 41.277, de 30/09/2020. Foram inventariados todos os materiais destinados a consumo ou uso como matérias-primas aplicáveis na fabricação de massa asfáltica, concreto e formação de mudas de vegetais utilizadas nas atividades de urbanização do Distrito Federal. Em sua mensuração, na entrada, esses bens são avaliados ao custo de aquisição, aplicação ou formação; nas saídas pelo custo médio ponderado móvel.

## 11. ATIVO NÃO CIRCULANTE

Compreende o Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e o Intangível.

### 11.1 Ativo Realizável a Longo Prazo

Correspondem a Créditos a Longo Prazo – Recursos a Receber Subvenções INTRA-OFSS - que exercem papel relevante para o equilíbrio financeiro da Companhia, na manutenção do capital de giro de longo prazo. Esses recebíveis são solicitados à SUTES/SEF/SEEC, para assegurar o posterior repasse de recursos para cobertura de despesas com pessoal de exercícios anteriores, amortização de dívidas tributárias parceladas e outras despesas correntes com provisões de longo prazo. Em 31.03.2021, totalizaram **R\$ 150.320.082,18**.

#### 11.1.1 Recursos a Receber Subvenções (INTRA OFSS) – Longo Prazo

Comparativamente ao término do exercício de 2019 em relação ao término do exercício de 2020, observou-se relevante aumento no saldo de subvenções a receber, destinadas principalmente à cobertura dos gastos com o **PDV 2020-2025 - PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO** a longo prazo, da ordem de **R\$ 108.087.932,99** (cento e oito milhões, oitenta e sete mil, novecentos e trinta e dois reais e noventa e nove centavos centavos), incluídos entre as subvenções de pessoal. Maior detalhamento, está esclarecido na **Nota Explicativa 12.1.3**.

FONTE: 100 - TESOURO DO DISTRITO FEDERAL			
CATEGORIA DE GASTOS	DESTINAÇÃO DOS RECURSOS A RECEBER - SUBVENÇÕES - LONGO PRAZO (INTRA OFSS)	31/03/2021	31/12/2020
CATEGORIA 1	PESSOAL	125.297.317,79	125.970.331,12
CATEGORIA 3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.052.867,82	23.052.867,82
CATEGORIA 6	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.969.896,57	1.969.896,57
<b>RECURSOS A RECEBER - SUBVENÇÕES - LONGO PRAZO (INTRA OFSS)</b>		<b>150.320.082,18</b>	<b>150.993.095,51</b>

### 11.2 Investimentos

A NOVACAP é titular de investimentos permanentes, cuja propriedade resulta do recebimento de ações/quotas em outorga, em decorrência de processos de:

**I. cisão da própria NOVACAP**, determinada pela **Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964**, para a formação do capital das seguintes empresas:

- CEB** - Companhia Energética de Brasília S.A.;
- BRB** - Banco de Brasília S.A.;
- SAB** - Sociedade de Abastecimento de Brasília Ltda.;
- TCB** - Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília; e
- CODEPLAN** - Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central.

**II. transferência e incorporação dos bens** vinculados às atribuições específicas do Departamento de Água e Esgotos da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP para a formação do capital da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB, em obediência ao Decreto-Lei nº 524, de 8 de abril de 1969.

**III. sucessão nos direitos e obrigações da NOVACAP**, na gestão do Convênio nº 036/91, de 15 de maio de 1991, pela Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - **METRÔ-DF**, nos termos da **Lei nº 513, de 28 de julho de 1993**.

**IV. de aquisição de direito a linhas telefônica da Claro S/A resultante de plano de adesão com recebimento de ações**, no modelo de autofinanciamento do Sistema Telebras, anterior à privatização ocorrida em 1998, regulamentada pelo Decreto nº 52.859, de 18 de Novembro de 1963, para a formação de capital de empresas resultante da cisão desse sistema, nos termos da Lei nº 9.295 de 19 de julho de 1996.

#### 11.2.1 Participações Permanentes - Consolidação

As Participações Permanentes – Consolidação, evidenciam a seguinte posição acionária em 31/03/2021:

Empresa	C.N.P.J	Valor Capital Social (em R\$)	Quantidade de ações		VPA Unit. Ordin.e Pref.	VPA lote 1000 Ord. e Pref.	Ord. Vir.em R\$	Pref. Vir.em R\$	Total em R\$	% partic. no cap.social
			ORDIN.	PREF						
Claro S/A	40.432.544/0001-47	18.738.787.871,39	45	6	1,34837	1.348,37	60,68	8,09	68,77	3,6699307
Cia. Energética de Brasília	00.070.698/0001-11	566.025.000,00	8.978	0	58,88000	58.880,00	528.624,64	0	528.624,64	0,093392454
Cia. de Saneamento Ambiental do DF	00.082.024/0001-37	1.311.953.000,00	6.300.205	0	0,10000	100,00	630.020,50	0	630.020,50	0,048021579
Banco de Brasília - BRB	00.000.208/0001-00	900.000.000,00	142.237	42.090	38,52165	38.521,65	5.479.203,93	1.621.376,25	7.100.580,18	0,788953353
TOTAL							6.637.909,75	1.621.384,34	8.259.294,09	

O **BRB** e a **CEB** são as únicas empresas do Complexo do Distrito Federal que têm ações negociadas em bolsa de valores.

#### 11.2.2 Participações Permanentes – INTRA OFSS

A Companhia também possui investimentos em outras empresas públicas de capital fechado e sociedades de economia mista integrantes do Governo do Distrito Federal, controladas sob o título de participações INTRA OFSS. Tais investimentos não mantidos para venda e se destinam a produzir benefícios pela sua permanência, por meio do recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Empresa	UG/GEST AO	Valor Capital Social (em R\$)	Quantidade de ações		VPA Unit. Ordin.e Pref.	VPA lote 1000 Ord. e Pref.	Ord. Vir.em R\$	Pref. Vir.em R\$	Total em R\$	% partic. no cap.social
			ORDIN.	PREF						
Cia. do Metropolitano do DF	200204-20204	2.499.805.821,72	200	0	94,28000	94.280,00	18.856,00	0	18.856,00	0,000754299
Soc. Transporte Coletivo de Brasília	200201-20201	28.723.580,00	248	0	1,00000	1.000,00	248,00	0	248,00	0,000863402
Cia. de Planejamento do Distrito Federal	130201-13201	12.233.727,60	4.186.795	0	0,01	10,00	41.867,95	0	41.867,95	0,342233793
Soc. de Abastecimento de Brasília S/A – em Liquidação	320205-32205	16.368.857,49	124.767.021	0	0,01	10,00	1.247.670,21	0	1.247.670,21	7,622219271
TOTAL							1.308.642,16		1.308.642,16	

As ações da **TCB**, **CODEPLAN**, **CAESB** e **METRÔ** não estão disponíveis para a negociação em mercado

#### 11.3 Imobilizado

Os itens tangíveis de uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à entidade os benefícios, riscos e controle desses bens totalizam **R\$ 602.120.901,66**.

##### 11.3.1 Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis (Impairment)

Em 2020, houve o reconhecimento de **R\$ 391.378,98** por imparidade entre valores contábeis e recuperáveis, dos quais **R\$ 327.580,70** referem-se a redução ao valor recuperável de equipamentos de informática e **R\$ 63.798,28**, de veículos.

#### 11.4 Intangível

No primeiro trimestre de 2021 foram realizados investimentos em intangíveis no valor total de **R\$ 334.800,00**, sendo **R\$ 36.800,00** em software para a elaboração de projetos estruturais em estrutura metálica, em plataforma Microsoft Windows, para a NOVACAP - Contrato nº 136/2020 e **R\$ 298.000,00** de software para elaboração de projetos estruturais em concreto - Contrato nº 137/2020.

## 12. PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Registram-se em observância às determinações da Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - **NBC TG Estrutura Conceitual**.

## 12.1 PASSIVOS CIRCULANTES

Dívidas de curto prazo, reconhecidas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidas dos encargos e variações monetárias ocorridas até a data das demonstrações contábeis intermediárias, quando aplicável.

### 12.1.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Registra, passivos reconhecidos por competência, de acordo com a Folha de Pagamentos emitida pelo SGRH, e baixados quando de seu pagamento. Os encargos sociais se subdividem em: **i) consolidação** - referente ao FGTS a recolher em nome dos empregados; **ii) INTER OFSS União** - que registra os saldos a recolher por INSS patronal sobre a folha dos trabalhadores celetistas.

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO (em R\$)	31.03.2021	31.12.2020
PESSOAL A PAGAR	15.211.939,39	12.883.108,17
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	2.299.868,61	2.132.003,65
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFSS UNIÃO	13.909.277,34	13.025.502,60
<b>TOTAL</b>	<b>31.421.085,34</b>	<b>28.040.614,42</b>

### 12.1.2 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Passivos com fornecedores de matérias - primas para fabricação de asfalto, concreto e produção de mudas, e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes da execução de obras, uso de serviços de terceiros, consumo de energia elétrica, água, telefone, e demais contas a pagar.

FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO (em R\$)	31.03.2021	31.12.2020
FORNECEDORES DE SERVIÇOS	147.235,15	0,00
FORNECEDORES NACIONAIS - DECISÕES JUDICIAIS	78.381,08	0,00
FORNECEDORES DE BENS E MATERIAIS (P - CONTAS A PAGAR)	2.326.785,06	944,19
FORNECEDORES DE SERVIÇOS (P - CONTAS A PAGAR)	5.462.523,94	2.854.786,09
EMPREITEIROS DE OBRAS NÃO IMOBILIZÁVEIS (P - CONTAS A PAGAR)	596.181,53	22.546.487,87
FORNECEDORES DE BENS E MATERIAIS EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	1.315.688,87
FORNECEDORES DE SERVIÇOS DE EXERCÍCIO ANTERIOR	86.162,49	3.389.110,42
<b>TOTAL</b>	<b>8.697.269,25</b>	<b>30.107.017,44</b>

### 12.1.3 Provisões

Decorrem de processos judiciais e são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e uma estimativa confiável do valor possa ser feita em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

PROVISÃO PARA RISCOS DE PERDA PROVÁVEL EM AÇÕES CÍVEIS E TRABALHISTAS (em R\$)	31.03.2021	31.12.2020
PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A CURTO PRAZO	28.519.166,46	28.533.052,94
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A CURTO PRAZO	53.367.564,74	46.591.855,04
OUTRAS PROVISÕES A CURTO PRAZO - PLANO DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	32.800.001,89	32.800.001,89
<b>TOTAL DAS PROVISÕES A CURTO PRAZO (em R\$)</b>	<b>114.686.733,09</b>	<b>107.924.909,87</b>
PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS - LP	3.662.140,64	3.662.140,64
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS - LP	23.052.867,82	23.052.867,82
OUTRAS PROVISÕES A LONGO PRAZO - PLANO DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	108.087.932,99	108.087.932,99
<b>TOTAL DAS PROVISÕES A LONGO PRAZO</b>	<b>134.802.941,45</b>	<b>134.802.941,45</b>
<b>TOTAL</b>	<b>249.489.674,54</b>	<b>242.727.851,32</b>

O montante de provisões é suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem a processos:

- trabalhistas**, destacando-se ações individuais de (i) apuração do complemento de remuneração por implantação de PCCS; (ii) diferenças de cálculo dos reflexos das horas extras nos repousos semanais remunerados; (iii) ações de terceirizados por responsabilidade solidária;
- fiscais**, em relação a não homologação de compensações de tributos federais; e
- cíveis**, referentes à alegações de não pagamento de notas fiscais emitidas contra a Empresa do ano de 2014 cujos empenhos foram cancelados em observância ao Decreto nº 36.182, de 23 de dezembro de 2014; bem como de reclamações descumprimentos de cláusulas contratuais relacionadas ao pagamento de obras diversas.

O registro das provisões utiliza estimativas baseadas em relatórios elaborados por avaliações técnicas de detecção de risco de perda, realizadas pela Diretoria Jurídica - DJ, segregando as provisões de fechamento da discussão judicial em curto ou longo prazos, e classificando os processos com teses semelhantes, considerando fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema. Evidenciam-se ainda os riscos trabalhistas, por solidariedade.



Esses passivos são estimados pelo valor líquido da perda provável de cada processo, entendido como tal o valor presente da decisão judicial mais recente (de forma excludente, sentença, condenação ou acórdão se este reformar o valor da sentença), quando houver, deduzido de eventuais depósitos recursais já efetuados, e/ou de bloqueios do sistema BACENJUD.

No ano calendário de 2020, houve o reconhecimento de **R\$ 140.878.138,07**, sendo **R\$ 32.790.205,08** relativos ao Plano de Demissão Voluntária-PDV, no passivo de curto prazo, na conta 217910401- PDV Plano de Benefício Definido, em contrapartida de conta de despesas correspondente e **R\$ 108.087.932,99** relativos ao Plano de Demissão Voluntária – PDV, no passivo de longo prazo, na conta 227910401- PDV Plano de Benefício Definido, em contrapartida de conta de despesas correspondente. Neste ano calendário de 2021, no ato dos pagamentos mensais registrou-se, por equívoco, novamente, a despesa na conta 319110200 - Indenização PDV-Plano de Demissão Voluntária, restando ausentes as baixas de saldo do passivo em questão, no valor de R\$ 10.746.037,58.

Por inexistirem eventos contábeis de uso da Unidade Gestora para a baixa, a NOVACAP enviou a mensagem SIGGo **2021MSG07342** à Subsecretaria de Contabilidade do Distrito Federal (SUCON/SEF/SEEC) e aguarda providências de correção.

319110200 INDENIZAÇÃO PDV								
DATA	UG	GESTÃO	DOCUMENTO	EVENTO	MOVIMENTO	D/C	SALDO	D/C
28/01/2021	190201	19201	2021NL00416	510001	2.651.056,74	D	2.651.056,74	D
25/02/2021	190201	19201	2021NL01309	510001	2.742.467,84	D	5.393.524,58	D
03/03/2021	190201	19201	2021NL01521	515001	1.912,55	C	5.391.612,03	D
30/03/2021	190201	19201	2021NL02460	510001	2.697.511,69	D	8.089.123,72	D
29/04/2021	190201	19201	2021NL03770	510001	2.656.913,86	D	10.746.037,58	D

#### 12.1.3.1 Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo

A NOVACAP é polo passivo em processos judiciais trabalhistas classificados em riscos de perda provável, os quais em 31/03/2021 totalizam **R\$ 28.519.166,46**. São acompanhados pela Diretoria Jurídica, registrados no SIAC/SIGGo e conciliados com os registros do Sistema de Informações Judiciais – SISJUR, que funciona como controle subsidiário das ações.

#### 12.1.3.2 Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo

O corpo de advogados da Diretoria Jurídica da NOVACAP acompanha os processos judiciais cíveis, nos quais a Companhia é polo passivo que em 31/03/2021 totalizam **R\$ 53.367.564,74**, de diversas naturezas, e classificados com risco de perda provável. Esses processos são registrados no SIAC/SIGGo e conciliados com os registros do Sistema de Informações Judiciais – SISJUR, que funciona como controle subsidiário das ações.

No primeiro trimestre do exercício de 2021 houve um aumento de **R\$ 6.775.709,70**, em razão de inscrição do processo judicial **07015468420178070001** em favor da empresa EBF Indústria, Comércio e Serviços, que recebeu a classificação de risco de perda provável por parte da Diretoria Jurídica.

#### 12.1.3.3 Processos de natureza cível ou trabalhista, classificados com risco de perda possível

Embora não contabilizáveis, porém de indicação obrigatória em notas explicativas (NBC TG 25), a NOVACAP dá a conhecer que, em 31/03.2020, foram avaliados pela Diretoria Jurídica da NOVACAP e classificados com risco de perda possível, **103** processos de natureza cível que somam a quantia de **R\$ 26.525.821,32**, e **691** processos de natureza trabalhista com perda estimada de **R\$ 1.114.938,94**.

#### 12.1.3.4 PDV – Plano de Benefício Definido

Em 19 de agosto de 2020, após estudos legais e atuariais de praxe, com amparo nos elementos contidos no Processo n.º 00112-00029548/2019-10, a NOVACAP tornou público o Programa de Desligamento Voluntário – PDV 2020, mediante publicação de Aviso no DODF e ampla divulgação de Regulamento próprio, elaborado em conformidade com o Decreto nº 40.433, de 2020.

O PDV 2020 foi autorizado pelo Conselho de Administração da NOVACAP (CONSAD) e ocorreu em duas etapas de adesão, sendo a primeira realizada entre 07 de agosto a 16 de setembro. Em Sessão Ordinária nº 4.534a, realizada em 19 de novembro de 2020, o CONSAD autorizou a reabertura do prazo de adesão, no período improrrogável de 23 a 27 de novembro.

Os termos negociais de aprovação do PDV 2020 são aderentes ao modelo de **plano de benefício definido**, em razão de que a NOVACAP na condição de entidade patrocinadora assumiu a obrigação de fornecer os benefícios pactuados aos ex-empregados. Com vistas a garantir os recursos junto ao Governo do Distrito Federal com a finalidade de financiá-lo foram adotadas providências para assegurar o orçamento necessário à cobertura das despesas decorrentes. Após os devidos trâmites legais e estudos de viabilidade, por meio do Ofício Nº 5264/2020 - SEEC/GAB, de 05.08.2020, o Secretário de Estado da Economia do Distrito Federal declarou anuência à implementação do Programa de Desligamento Voluntário (PDV), para o quinquênio de 2020 a 2025.

De acordo com o Regulamento Geral do PDV deverão ser pagos aos empregados que tiveram sua adesão homologada as seguintes **verbas de caráter indenizatório, sem qualquer tipo de incidência:** a) Prêmio Futuro



Temporário (PFT), pelo período de 60 meses; b) Reembolso do Auxílio Saúde até dezembro/2021; e c) Incentivo equivalente a multa contratual de 20% do saldo para fins rescisórios do FGTS, também em 60 meses. Além disso, deverá ser pago o valor em pecúnia do saldo dos dias de Licença Administrativa Remunerada- LAR não gozados, também em 60 meses, **sem qualquer incidência por ser também verba de caráter indenizatório**, conforme dispõe a Súmula nº 136 do STJ.

Até o primeiro trimestre de 2021, foram pagos **R\$ 10.746.037,58** aos empregados que aderiam ao PDV.

#### 12.1.4 Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, criado com designação genérica para fins de consolidação com as contas nacionais do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP Federação.

DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	31/03/2021	31/12/2020
VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	1.727.644,92	1.558.668,33
VALORES RESTITUÍVEIS - INTRA OFSS	48.869.847,11	49.905.215,93
VALORES RESTITUÍVEIS INTER OFSS UNIÃO	33.550,49	164.297,65
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	0,00	75.651.896,08
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - INTRA OFSS	9.349.796,68	9.386.995,84
<b>TOTAL DAS PROVISÕES A CURTO PRAZO (em R\$)</b>	<b>59.980.839,20</b>	<b>136.667.073,83</b>

##### 12.1.4.1 Valores Restituíveis – Consolidação

Corresponde aos valores de terceiros ou retenções em nome deles, para os quais seja fiel depositária por cauções ou garantias contratuais, cujos saldos não serão deduzidos nos demonstrativos consolidados OFSS, por parte da Subsecretaria de Contabilidade do Distrito Federal.

##### 12.1.4.2 Valores Restituíveis – INTRA-OFSS

Entre os débitos da Companhia, registrou-se **R\$ 48.869.847,11** relativos a passivos financeiros representativos de previsões de saídas decorrentes de entradas transitórias por consignações relativas às retenções tributárias, valores apreendidos por decisões judiciais e depósitos em juízo a serem, posteriormente, restituídos ao **Tesouro do Distrito Federal**. No caso dos valores apreendidos, as devoluções ao Tesouro ocorrem em caso de êxito da NOVACAP em ações de desbloqueio. Os valores depositados judicialmente são devolvidos quando identificados saldos sobejantes na quitação de processos judiciais ou em caso de pleno êxito da Companhia nas lides trabalhistas.

VALORES RESTITUÍVEIS – INTRA- OFSS (em R\$)	31.03.2021	31.12.2020
VALORES APREENDIDOS EM DECISÕES JUDICIAIS A RESTITUIR AO TESOURO	31.871.591,14	32.971.064,24
DEPÓSITOS JUDICIAIS A RESTITUIR AO TESOURO	16.935.180,46	16.788.988,91
OUTROS DEPÓSITOS	62.178,19	62.178,19
VALORES A CURTO PRAZO EXTRA ORÇAMENTÁRIO	434,72	2.463,96
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES INTRA-OFSS	462,60	80.520,63
<b>TOTAL</b>	<b>48.869.847,11</b>	<b>49.905.215,93</b>

##### 12.1.4.3 Valores Restituíveis – INTER-OFSS UNIÃO

Referem-se às consignações com retenção de INSS – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, bem como Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, PIS e COFINS retidos na Fonte, a serem recolhidos ao **Tesouro Nacional**, nos termos da legislação aplicável, observados os prazos legais.

##### 12.1.4.4 Restos a Pagar Não Processados a Liquidar

Por mudança de critério contábil, em favor da melhor informação, ocorrida em 31.12.2020, não foram inscritos valores na conta de restos a pagar não processados a liquidar, registrados em observância ao Decreto nº 41.277, de 2020, em contrapartida às subvenções a receber informadas na **Nota Explicativa 4.1.3**.

##### 12.1.4.5 Valores Decorrentes de Infrações Legais e Contratuais

CONTA	SUBCONTA	ATRIBUTO DA CONTA	31.03.2021	31.03.2020
218925700	COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL	PATRIMONIAL	29.903,07	0,00
	INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL		1.065.327,84	1.026.042,77
218920400	INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL	FINANCEIRO (CONTAS A PAGAR)	4.676,01	0,00
	<b>TOTAL</b>		<b>1.099.906,92</b>	<b>1.026.042,77</b>

Em atendimento às determinações do MCASP 8ª Ed. (fls. 154 e 134) a Subsecretaria de Contabilidade do Distrito Federal parametrizou o SIAC/SIGGo de modo a segregar em contas separadas as operações intraorçamentárias definidas como tais aquelas realizadas entre órgãos e demais entidades da Administração Pública integrantes do



orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS), do mesmo ente federativo. Tais operações, não representam novas entradas de recursos nos cofres públicos do ente (Distrito Federal), mas apenas movimentação de recursos entre seus órgãos (INTRA-OFSS). Essas operações são eliminadas no processo de consolidação de contas da Unidade da Federação a que se refiram.

Os lançamentos foram programados por origem e destino, de modo a evidenciar os entes detentores do ativo e do passivo (atributo patrimonial). E necessitam de análise de conformidade por parte da NOVACAP, na qualidade de Unidade Gestora de destino, para fins de reconhecimento ou não da legitimidade da cobrança (atributo financeiro), por meio do processo de liquidação da despesa.

O passivo mais relevante, no valor de R\$ **1.065.327,84**, foi inicialmente lançado pelo **IBRAM/DF** como direito (origem), em desfavor da NOVACAP (destino) em decorrência de emissão de Autos de Infração que estão sendo conferidos, em processos individualizados, em ação da Diretoria Jurídica da NOVACAP junto à unidade de cobrança do IBRAM/DF.

Uma vez que um auto de infração seja reconhecido como devido, efetiva-se a liquidação do valor, transferindo-se o saldo da conta de atributo patrimonial para a de natureza financeira para fins de emissão da ordem bancária de quitação.

#### 12.1.4.6 Valores a Devolver ao GDF

O montante de R\$ **268.403,55** corresponde a saldos de valores recebidos da Secretaria de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal em 2017, em ressarcimento NOVACAP por despesas pelo consumo de água e taxas de esgoto de prédio pertencente à NOVACAP, não devolvido à Secretaria de Estado da Economia do Distrito Federal – SEEC/DF, oportunamente, em razão de ter ocorrido bloqueio judicial do saldo financeiro correspondente. A NOVACAP solicitou a liberação de saldo de empenho à SEEC/DF que permita a regularização pelo reconhecimento da despesa correspondente, porém por limitações orçamentárias governamentais, ainda não foi possível o atendimento do pleito.

### 12.2 PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Demonstram-se pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, exceto no caso das provisões cujas estimativas em bases confiáveis nos termos já informados na nota **12.1.3 Provisões**.

#### 12.2.1 Licença Prêmio (P – Contas a Pagar)

Refere-se à concessão de Licença Administrativa Remunerada, Cláusula Trigésima Sexta do Acordo Coletivo de Trabalho, assinado em 13 de dezembro de 2013, que atribuiu aos empregados do Quadro de Empregos Permanentes - QEP a cada 05 anos de efetivo exercício, 3 meses da referida licença. Esse passivo somente se reverte em pecúnia nos termos normativos e legais, sujeitando-se à liberação de subvenções governamentais para esse fim. Em 31.03.2021, registravam-se, a esse título, R\$ **13.547.244,23**.

#### 12.2.2 Obrigações a Longo Prazo - REFIS

Parcelas da dívida junto à PGFN relativas a Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, pela não homologação de solicitação de compensação de quantias recolhidas na fonte a título de IRRF e CSLL, por meio de PER/DCOMP. Inclui as parcelamento de dívidas com o IBAMA, referentes a diversos autos de infração do período de 2006 a 2016 e com o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal – IBRAM, por parcelamento homologado em 2020, de multa do auto de infração de 2951/2014.

Por mudança na parametrização dos eventos que impactam a conta, não foi possível a reclassificação do saldo do longo para o curto prazo. As providências de correção foram solicitadas à SUCON/SEF/SEEC por meio da Mensagem SIGGO nº 2021MSG07436.

OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	31/03/2021	Correção solicitada
MINISTÉRIO DA FAZENDA/RECEITA FEDERAL - REFIS	1.863.413,94	(1.863.413,94)
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA	70.331,04	(70.331,04)
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA DO DISTRTO FEDERAL/IBRAM	36.151,59	(36.151,59)
TOTAL	1.969.896,57	(1.969.896,57)

### 12.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A NOVACAP evidencia seu patrimônio líquido, cujo valor em **31/03/2021** é de R\$ **606.901.142,28**, nos moldes solicitados pela NBC TG 26 (R4), demonstrando o interesse residual dos proprietários nos ativos da Companhia depois de deduzidos todos os seus passivos.

#### 12.3.1 Capital Social



O capital social subscrito e integralizado é de **R\$ 26.713.076,28** e se subdivide em ações, sem valor nominal, com a seguinte composição acionária:

CONTA CONTÁBIL	VALOR EM 31.12.2020 (EM R\$)	PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA (EM R\$)	
		DF	UNIÃO
231210100 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	26.713.076,28	14.991.378,41	11.721.697,87
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>	<b>56,12%</b>	<b>43,88%</b>

ACIONISTA	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO
DISTRITO FEDERAL	280.600	56,12%
GOVERNO FEDERAL – UNIÃO	219.400	43,88%
<b>TOTAL</b>	<b>500.000</b>	<b>100,00%</b>

### 12.3.2 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

Em 14 de janeiro de 2021, a Companhia recebeu recursos do Distrito Federal a título de **ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL - AFAC**, no valor total de **R\$ 20.245,00**, com os quais realizou a aquisição de 15 (quinze) Relógios Eletrônicos de Ponto – REP, Modelo IDCLASS, marca Control ID, 15 (quinze) Nobreak Control ID.

## 13. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – DRE

As receitas mais relevantes da NOVACAP são as Transferências Governamentais, reconhecidas sob regime de competência, de acordo com as inscrições de solicitações de repasses governamentais de recursos, a cada etapa de execução dos serviços realizados até a data-base dos balanços, na medida em que todos os custos relacionados possam ser mensurados confiavelmente. As receitas, ganhos, despesas e gastos abrangem fatos referentes à execução orçamentária e aos independentes da execução orçamentária, os quais compreendem:

- receitas e despesas relativas à execução da dotação dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (**OFSS**), consignada na Lei Orçamentária Anual, com reflexos no balanço Orçamentário;
- receitas e despesas dependentes da execução financeira relativas a operação entre Órgãos, Fundos e Entidades do GDF, Integrantes do OFSS, por meio de descentralização orçamentária, com impacto na DRE;
- receitas e despesas independentes da execução orçamentária cuja contabilização envolve os recursos que independem de autorização legislativa, como as entradas compensatórias, no ativo e passivo.

### 13.1 Receita Operacional Líquida

CONTA	31/03/2021	31/03/2020	VARIACÃO	
			R\$	%
RECEITA DE SERVIÇOS	42.602,62	0,00	42.602,62	100

Refere-se a serviços de fiscalização e acompanhamento da obra para correção de patologias construtivas no edifício sede da Polícia Rodoviária Federal, incluindo o fornecimento de insumos, mão de obra especializada e o acompanhamento da execução do reforço estrutural - Contrato nº 42/2019.

### 13.2 Remuneração a Pessoal

Devido ao Programa de Desligamento Voluntário 2020/2025, observou-se um redução de 30% nos gastos com remuneração de pessoal. Essa economia tenderá a aumentar a partir da cessação do reembolso do Auxílio Saúde que será pago aos ex-empregados a até dezembro/2021. A economia total deverá ser finalizada em valores absolutos quando findarem os 60 meses de pagamento do Prêmio Futuro Temporário (PFT).

CONTA	31/03/2021	31/03/2020	VARIACÃO	
			R\$	%
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	43.091.534,50	56.172.544,51	-13.081.010,01	-30%

### 13.3 Encargos Patronais

CONTA	31/03/2021	31/03/2020	VARIACÃO	
			R\$	%
ENCARGOS PATRONAIS	17.481.089,14	22.016.198,58	-4.535.109,44	-20,60

A redução nos gastos com encargos patronais, reflete o desligamento de empregados que aderiram ao Programa de Desligamento Voluntário – PDV, ocorrida nos termos do Regulamento Geral incluído no Processo nº 00112-00029548/2019-10, publicado no D.O.D.F. nº 157, de 19 de Agosto de 2020, página 53.

### 13.4 Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos

O acréscimo relevante nesses gastos, se deve às despesas indenizatórias, de caráter rescisório, em decorrência do Programa de Desligamento Voluntário.

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PESSOAL E ENCARGOS (em R\$)	31.03.2021	31.03.2020
INDENIZAÇÃO PDV	8.089.123,72	0,00
INDENIZAÇÃO POR EXONERAÇÃO E DEMISSÃO	0,00	9.539,62
PESSOAL CIVIL - REQUISITADOS DE OUTROS ÓRGÃOS	0,00	7.274,00
<b>TOTAL</b>	<b>8.089.123,72</b>	<b>16.813,62</b>

### 13.5 Consumo de Materiais

Houve aumento de 62% nos gastos com distribuição do material de consumo, principalmente massa asfáltica, brita granulada e areia, por força do **Decreto nº 41.037, de 28 de julho de 2020**, que criou o Programa Qualificação Profissional e Frente de Trabalho – **RENOVA DF**, cabendo à NOVACAP aportar os insumos necessários para a recuperação e reforma dos equipamentos e espaços públicos designados pela Secretaria de Governo.

CONSUMO DE MATERIAL (em R\$)	31.03.2021	31.03.2020	VARIAÇÃO
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	9.387,29	14.355,12	-34,6
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA OUTRAS FINALIDADES	0,00	1.167,58	-100,0
GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADO	339.095,00	965.355,27	-64,9
GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	23.723,37	21.554,56	10,1
MATERIAL QUÍMICO	751,52	1.934,24	-61,1
MATERIAL DE EXPEDIENTE	4.597,75	11.790,93	-61,0
MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	1.722,64	1.760,96	-2,2
MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	2.052,59	1.195,82	71,6
MATERIAL DE COPA E COZINHA	7.300,61	6.789,57	7,5
MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO	13.864,94	48.853,60	-71,6
UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	43.980,03	54.101,36	-18,7
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES	933.140,82	575.766,39	62,1
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS	39.291,76	945,01	4.057,8
MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	23.768,38	6.848,36	247,1
MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	48.462,92	39.256,71	23,5
MATERIAL PARA PRODUÇÃO INDUSTRIAL	3.969.592,14	1.770.643,71	124,2
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	173.919,95	208.282,28	-16,5
MATERIAL PARA UTILIZAÇÃO EM GRÁFICA	620,02	0,00	100,0
FERRAMENTAS	1.883,31	6.848,61	-72,5
MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL E AFINS	482,38	5.746,87	-91,6
CARTÕES E BILHETES MAGNÉTICOS	439.182,76	0,00	100,0
<b>TOTAL</b>	<b>6.076.819,98</b>	<b>3.743.196,95</b>	<b>62,34</b>

### 13.6 VPD – Obras Não Incorporáveis

Por mudança de critério contábil, até 31.03.2020, eram registradas como obras e instalações não incorporáveis os gastos aplicados no pagamento de despesas (VPD) referentes a obras de infraestrutura (bens de uso comum do povo) executadas por descentralização de recursos, que não podem gerar ativos para a Companhia, posto que pertencem às Unidades Orçamentárias de origem, a quem cabe a obrigação de as ativar e, via de consequência, ao Governo do Distrito Federal, único financiador das mesmas (item 5.2.4 do MCASP 8ª ed.).

O modelo de parametrização dos registros contábeis correspondentes pressupunha a anulação das receitas pelo recebimento dos recursos descentralizados com os gastos correspondentes à execução das obras. A variação no saldo da conta VPD - Obras não incorporáveis era diretamente relacionada ao crescimento ou redução da execução de obras por meio de descentralização de recursos por outras unidades orçamentárias do GDF para a NOVACAP. A partir de 1º de abril de 2020, por mudança de critério contábil, os valores gastos com tais obras de infraestrutura passaram a ser ativados na Unidade Gestora proprietária do investimento, ou em que os bens resultantes estão localizados, conforme detalhado na NE 13.13.1.

### 13.7 Serviços de Terceiros - Pessoas Físicas

Os gastos com serviços de terceiros Pessoa Física se limitaram ao pagamento de Jetons de Conselheiros.



### 13.8 Serviços de Terceiros - Pessoas Jurídicas

Registra as despesas provenientes da prestação de serviços por pessoas jurídicas à NOVACAP, bem como da terceirização de serviços de zeladoria, jardinagem e urbanização das áreas e equipamentos públicos sob responsabilidade da Companhia.

SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	31.03.2021	31.03.2020
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS	7.679.189,67	6.407.048,65
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1.122.255,28	573.249,44
MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	853.917,08	132.834,43
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS	8.572,80	0,00
SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL	37.914.343,39	17.734.749,05
SERVIÇOS DE ÁGUA, ESGOTO, ENERGIA, GÁS E OUTROS	668.084,60	333.427,26
PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR	5.413.327,67	4.536.558,85
LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	6.981.645,74	62.757,51
SERVIÇOS RELACIONADOS À TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	259.486,93	207.041,56
SERVIÇOS DE TRANSPORTE	747.786,40	897.940,82
CAPATAZIA, ESTIVA E PESAGEM	2.205,14	0,00
SERVIÇO MÉDICO HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO E LABORATORIAL	466.898,55	424.999,83
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	4.879.990,00	1.776.087,37
VIGILÂNCIA OSTENSIVA	3.070.727,19	2.457.047,20
FRETE E LOC.VEÍCULOS P/NECESSIDADE DO SERVIÇO	3.079.431,06	1.299.495,57
PLANTIO E REFLORRESTAMENTO	1.806.607,56	0,00
SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE FROTA DE VEÍCULOS	347.902,09	243.397,15
<b>SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA</b>	<b>75.302.371,15</b>	<b>37.086.634,69</b>

### 13.9 Outras Despesas Operacionais

CONTA	31/03/2021	31/03/2020
REPASSE DE RESTOS A PAGAR A MAIOR	0,00	0,00
RECURSOS PARA RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	0,00	0,00
TRANSF.FINANCEIRAS CONCEDIDAS INDEP. DE EXEC.	1.330.598,54	751.389,64
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS ENTRE UG's	0,00	1.355,65
TRANSFERÊNCIAS PARA REALIZAÇ DE DESPESAS CORRENTES	3.666.691,86	6.665.293,58
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	0,00
CRÉDITOS A RECEBER - CURTO PRAZO	0,00	0,00
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS INTRA OFSS	20.245,00	0,00
INDENIZAÇÃO A TERCEIROS	0,00	0,00
INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE	0,00	0,00
PENSÕES INDENIZATORIAS	103.303,71	99.017,72
BAIXA DE DEPOSITOS DE NATUREZA JUDICIAL	1.883.825,47	1.468.261,20
VPD FATOS GERADORES DIVERSOS	0,00	0,00
RESTITUIÇÕES DE SERVIÇOS DIVERSOS	0,00	0,00
INDENIZAÇÃO POR BENFEITORIAS EM IMÓVEIS DE TERCEIROS	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>7.004.664,58</b>	<b>8.985.317,79</b>

### 13.10 Resultados de Equivalência Patrimonial

A NOVACAP acompanha os investimentos em participações societárias pelo método de equivalência patrimonial. Nos termos informados na NE 11.2.1, devido às perdas de ações em alienações forçadas para o cumprimento de decisões de bloqueios judiciais, observou-se uma redução de 100% na geração de tais receitas em relação ao primeiro trimestre de 2020.

### 13.11 Despesas/Reversões de Provisões

CONTAS	31/03/2021	31/03/2020
VPD DE PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS	2.000,00	0,00
VPD DE PROVISÃO PARA RISCOS CIVEIS	6.775.709,70	0,00
REVERSÃO DE OUTRAS PROVISÕES	(1.149.555,37)	(1.805.504,93)
<b>DESPESAS COM PROVISÕES</b>	<b>5.628.154,33</b>	<b>(1.805.504,93)</b>

Em atendimento à NBC TG 25 (R1) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a NOVACAP reconhece em contrapartida das obrigações derivadas de processos judiciais em que seja polo passivo, sempre que os mesmos sejam classificados com risco de perda provável, pela Diretoria Jurídica, a despesa (VPD) correspondente. As reversões de provisões ocorrem em caso de decisões judiciais favoráveis à Companhia.

### 13.12 Despesas Tributárias

Despesas Tributárias (em R\$)	31.03.2021	31.03.2020
IMPOSTOS INTER-UNIÃO	0,00	27.481,83
OUTROS IMPOSTOS	73.945,28	0,00
TAXAS PELO EXERCÍCIO DE PODER DE POLÍCIA	0,00	352,00
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00	62.009,79
<b>TOTAL</b>	<b>73.945,28</b>	<b>89.843,62</b>

A NOVACAP é tributada pelo Lucro Real e controla suas despesas tributárias segundo as determinações legais. As despesas com taxas incluem inscrições de responsabilidade técnica e os licenciamentos ambientais de obras.

### 13.13 Resultado da Incorporação/Desincorporação de Ativos e Passivos

RESULTADO LÍQUIDO NA INCORPORAÇÃO DE ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	31/03/2021	31/03/2020
BENS MÓVEIS - FABRICAÇÃO PRÓPRIA	(6.505,02)	(218.446,20)
OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	(59.095,96)	0,00
DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	(15.388,32)
INDENIZAÇÕES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO (INSCRIÇÃO)	0,00	(55.912,00)
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS IMOBILIZADO	0,00	172,22
TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS CONCEDIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	24.517.961,09	500,00
BAIXA DE INDENIZAÇÕES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMÔNIO	4.039,08	3.987,21
<b>TOTAL</b>	<b>24.456.399,19</b>	<b>(285.087,09)</b>

#### 13.13.1 Transferências Não Financeiras Concedidas Independentes de Execução Orçamentária

A NOVACAP executa obras de edificações ou manutenção de bens de outros entes, não capitalizáveis por parte da Companhia, registradas temporariamente na conta do ativo denominada "obras em andamento de bens de uso comum do povo a classificar" (Nota Técnica nº 7/2020 – SUCON/SEFP/SEEC, quando do atesto das notas fiscais e inclusão dos relatórios circunstanciados nos processos de pagamento correspondentes.

Por mudança de critério contábil ocorrida em setembro de 2020, após o cumprimento das etapas de liquidação, pagamento e análise de conformidade contábil, os bens gerados e/ou as medições parciais das obras a NOVACAP passou a transferir às Unidades Gestoras proprietárias dos investimentos, ou em que os bens estão localizados. No primeiro trimestre de 2021, foram executadas as obras e serviços de engenharia (categoria 4 – Investimentos) em favor dos seguintes entes do Distrito Federal:

UNIDADES GESTORAS ONDE OS BENS FORAM ATIVADOS	31/12/2020
120101-00001 - PROCURADORIA - GERAL DO DISTRITO FEDERAL	796.142,22
190103-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO	4.180.315,81
190104-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	159.149,27
190105-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	3.517.130,64
190106-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	3.432.087,36
190107-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	204.713,35
190108-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	1.131.630,58
190109-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANÓ	756.947,79
190111-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	6.697.775,57
190112-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	112.263,36
190113-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	633,66
190114-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	2.078.799,56
190115-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	135.354,63
190116-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO	487.691,66
190118-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	3.770,63
190119-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO	5.499,16
190120-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE	400.000,00
190125-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	299.588,15
190135-00001 - REGIÃO ADMINISTRATIVA DO SOL NASCENTE - RA XXXII	114.912,73
<b>TOTAIS</b>	<b>24.515.406,13</b>

### 13.14 Receitas Financeiras

CONTAS	31/03/2021	31/03/2020
PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS PELO METODO DE CUSTO	(86.130,52)	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	(34.957,61)	(26.366,49)
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS - CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	(841,68)	(668,01)
<b>TOTAL</b>	<b>(121.929,81)</b>	<b>(27.034,50)</b>

Conforme avisos ao acionista, forma registrados como Bancos os recebimentos de dividendos complementares do Exercício de 2020 (4º Trimestre), conforme Aviso aos Acionistas do BRB de 17.02.2021.

### 13.15 Transferências Correntes

São transferências de bens e rendas recebidas para manutenção do consumo de rotina da Companhia e no cumprimento de suas atribuições estatutárias com serviços e materiais aplicados como despesas correntes, em ações de zeladoria e urbanismo de regiões e equipamentos públicos do Distrito Federal.



CONTAS	31.03.2021	31.03.2020
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA	(77.519.981,55)	(1.468.261,20)
REPASSE RECEBIDO	(125.117.535,91)	(128.558.243,13)
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	59.095,96	0,00
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	(9.856.160,93)	0,00
<b>TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>(212.234.582,43)</b>	<b>(130.026.504,33)</b>

### 13.15.1 Transferências Recebidas Independentes De Execução Orçamentária – Intra

Correspondem a receitas geradas pela inscrição de repasse a receber da Subsecretaria do Tesouro do Distrito Federal, referente ao reconhecimento de Restos a Pagar Não Processados de 31.12.2020.

### 13.15.2 Repasse Recebido

O valor de **R\$ 125.117.535,91** se refere às transferências financeiras recebidas da Subsecretaria do Tesouro do Distrito Federal e correspondências de créditos da execução orçamentária na condição de repasses vinculados ao custeio das atividades da NOVACAP, do próprio exercício e por restos a pagar processados e não processados.

### 13.15.3 Valores Diferidos - Baixa

Os valores diferidos são baixados quando se identifica a necessidade de redução das estimativas previstas de liberação de recursos pela SEEC/DF, em favor da NOVACAP, para subvencionar as despesas do exercício reconhecidas e em contrapartida dos passivos, em observância às apropriações por competência.

### 13.15.4 Valores Diferidos – Inscrição

As inscrições de valores decorrem da imposição de aumento das estimativas previstas de liberação de recursos pela SEEC/DF, em favor da NOVACAP, para subvencionar as despesas do exercício reconhecidas em contrapartida dos passivos, em observância às apropriações por competência. As receitas por solicitações de recursos diferidos variam conforme os gastos a incorrer. Em 31.03.2021, foram solicitados ajustes correspondentes a **R\$ 9.585.562,08**:

VALORES DIFERIDOS – INSCRIÇÃO	31.03.2020
categoria 1 - Pessoal e Encargos	1.069.099,15
categoria 3 - Outras Despesas Correntes	8.548.029,21
categoria 4 – Investimentos	39.032,57
categoria 6 - Amortização da Dívida	(70.598,85)
<b>TOTAL</b>	<b>9.585.562,08</b>

### 13.16 Transferências de Capital

Referem-se a repasses governamentais para investimentos ou aplicações de recursos em infraestrutura, mediante celebração de convênios ou por descentralizações de recursos. Os recursos recebidos por meio de transferências de capital foram aplicados em obras e serviços de infraestrutura, conforme descrição:

DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	OBJETO	31.03.2021	31.03.2020
CONVÊNIO Nº 102/2014-TERRACAP	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS REPOSIÇÃO, FERRAMENTAL, INSUMOS (MATERIAIS) E MÃO DE OBRA, BEM COMO REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS EVENTUAIS DIVERSOS, À OPERAÇÃO DE 20 (VINTE) ELEVADORES DE MARCA ORONA, ALÉM DE 12 (DOZE) ESCADAS ROLANTES DA MARCA FUJITEC, INSTALADAS NO ESTÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA - MANÉ GARRINCHA.	0,00	240.000,00
CONVÊNIO Nº 007/2015- TERRACAP	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO GRAMADO DO CAMPO DE FUTEBOL E SEUS RESPECTIVOS SISTEMAS DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA NO ESTÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA - MANÉ GARRINCHA.	0,00	284.641,47
CONVÊNIO Nº 32/2016-TERRACAP	SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, MEIOS-FIOS, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E DRENAGEM PLUVIAL NAS QUADRAS 101, 102, 301 E 302 NO CENTRO URBANO EM SAMAMBAIA - DF.	32.422,24	541.566,16
CONVÊNIO Nº 060/2019 –TERRACAP	EXECUÇÃO OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E MEIO FIO RA XX VICENTE PIRES – RUA 10	0,00	189.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>32.422,24</b>	<b>1.255.207,63</b>

### 13.17 Lucro Líquido do Exercício

		jan/21	fev/21	mar/21
3000000000	VPD - VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	43.029.072,86	101.683.514,75	200.582.870,60
4000000000	VPA - VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	97.521.791,73	144.567.543,53	213.905.718,86
	RESULTADO BRUTO DO PERÍODO	54.492.718,87	42.884.028,78	13.322.848,26
<b>"A"</b>	<b>ADIÇÕES</b>	<b>54.548,20</b>	<b>109.936,40</b>	<b>165.324,60</b>
	DESPESAS INDEDUTÍVEIS	-	-	-
	MULTAS (ART 344 RIR/99)	-	-	-
333110302	DEPRECIÇÃO SOBRE VALOR JUSTO IMOVEIS	54.548,20	109.936,40	165.324,60
397910401	VPD DE PDV - PLANO DE BENEFICIO DEFINIDO	-	-	-
<b>"B"</b>	<b>EXCLUSÕES</b>	<b>34.629.312,60</b>	<b>26.618.602,66</b>	<b>14.683.265,26</b>
451120200	SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS - GRUPO 4	2.390.655,38	2.657.961,84	4.145.200,28
451120500	SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS - GRUPO 4	-	31.094,63	59.095,96
451211301	DOAÇÃO RECEBIDA BENS IMÓVEIS	-	-	-
451220103	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO	32.238.657,22	23.929.546,19	10.478.969,02
492210000	DIVIDENDOS E RENDIMENTOS DE OUTROS INVESTIMENTOS	-	-	-
	<b>LUCRO/PREJUÍZO</b>	<b>19.917.954,47</b>	<b>16.375.362,52</b>	<b>(1.195.092,40)</b>

A Companhia, tem quase a totalidade de suas despesas subsidiadas pelo Tesouro do Distrito Federal. Em 31 de março de 2021, por critérios contábeis, apurou-se Lucro Líquido Trimestral de R\$ 13.322.848,26 pela diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e as diminutivas. Entretanto, na condição de Pessoa Jurídica tributada pelo Lucro Real trimestral, após aplicação de critérios de ADIÇÕES E EXCLUSÕES apurou-se um prejuízo fiscal de **R\$ 1.195.092,40**.

### 14. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

O resultado financeiro é demonstrado pelo confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que alteram as disponibilidades da Companhia e se evidenciam na **Demonstração dos Fluxos de Caixa –DFC e no Balanço Financeiro**.

A NOVACAP adota método indireto por meio do qual os fluxos de caixa demonstram a conciliação do resultado contábil do período, ajustado pelos itens econômicos, cujos efeitos de transações não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros, e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

#### 14.1 Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

A NOVACAP obriga-se à apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo método indireto. Em 31.03.2021, a manutenção das atividades operacionais da Companhia evidenciaram geração líquida de caixa de **R\$ 2.478.476,38**.

#### 14.2 Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos

Representa recursos oriundos do Tesouro do DF por repasses registrados na condição de subvenções governamentais e de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. A Companhia evidenciou uma geração líquida de caixa de **R\$ 126.518,98**.

#### 14.3 Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos

Ao término do exercício, observou-se a aplicação de recursos em investimentos no valor de **R\$ 1.357.385,53**, em razão aquisição de imobilizados, intangíveis e na realização de obras em andamento - bens de uso comum do povo a classificar.

#### 14.4 Geração Líquida de Caixa e Equivalentes

No primeiro trimestre de 2021, houve geração líquida de caixa e equivalentes de caixa no valor de **R\$ 1.247.609,83**, conforme se demonstra a seguir.

COMPOSIÇÃO	31/03/2021	31/03/2020
CONSUMO DE CAIXA E EQUIVALENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.478.476,38	3.586.154,19
GERAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	126.518,98	(617.352,10)
CONSUMO DE CAIXA E EQUIVALENTE NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.357.385,53)	(324.936,00)
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>1.247.609,83</b>	<b>2.643.866,09</b>

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



## 15. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Representa itens de receita e despesa que não transitam pelo resultado do exercício, em conformidade com a NBC TG 26 (R5). O resultado abrangente em 31/03/2021 foi negativo em **R\$ 16.426.809,72**. Impactaram de modo relevante o resultado abrangente, os ajustes devedores de exercícios anteriores no valor de **R\$ 29.914.982,58** e credores no valor de **R\$ 165.324,60**.

### 15.1 Ajustes de Exercícios Anteriores

Em 31.03.2021, os ajustes líquidos de exercícios anteriores totalizaram **R\$ 29.749.657,98**, dentre os quais o impacto de maior relevância, no valor de **R\$ 25.547.661,86 (credor)**, se deu em função das baixas de Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) conforme informado na nota explicativa nº 2.4.1. Oportuno alertar para a obrigatoriedade de utilização pela NOVACAP do **princípio da anualidade orçamentária**, do qual deriva o modelo de empenho, liquidação e pagamento determinado pela **Lei nº 4.320, de 1964**, bem como à rotina de inscrição de restos a pagar, sendo a Companhia uma Pessoa Jurídica de Direito Privado, que para fins de elaboração das suas demonstrações contábeis, obriga-se ao cumprimento das rotinas da **Lei nº 6.404, de 1976**, quanto ao regime de competência.

Assim, os passivos empenhados e liquidados ou em liquidação ao término de exercícios anteriores, porém sem a liberação de recursos financeiros correspondentes, quando de sua inscrição, necessitam ser baixados como ajustes, quando pagos ou cancelados, posto que não podem impactar o resultado do exercício em que ocorrem.

O mesmo acontece com os ajustes de subvenções a receber de longo prazo – contrapartida dos ajustes de ativos – solicitados com base em passivos estimados, inscritos em exercícios anteriores, cujas datas de pagamento não se podem determinar no momento do lançamento contábil, como é o caso das provisões para ações cíveis e trabalhistas, inscritas com data de saída de recursos ainda incerta, bem como o seu valor final de sua realização. A planilha a seguir apresenta a conciliação dos ajustes de exercícios anteriores, segundo o modelo de parametrização do SIGGo:

2.3.7.0.0.00.00 RESULTADO ACUMULADO	Saldo Inicial	D/C	Saldo
	(21.459.768,92)	(29.749.657,98)	(51.209.426,90)
2.3.7.1.0.00.00 SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS ADM INDIRETA AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-	25.437.346,72	25.437.346,72
2.3.7.1.1.00.00 SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	-	25.437.346,72	25.437.346,72
2.3.7.1.1.01.00 SUPERAVIT OU DEFICIT DO EXERCÍCIO	-	25.547.661,86	25.547.661,86
2.3.7.1.1.03.13 AJUSTES DO ATIVO NÃO FINANCEIRO - CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	-	393,60	393,60
2.3.7.1.1.03.15 AJUSTES DO ATIVO NÃO FINANCEIRO - OUTROS CRÉDITOS	-	(110.708,74)	(110.708,74)
2.3.7.2.0.00.00 LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS - EMPRESAS	(21.459.768,92)	(55.187.004,70)	(76.646.773,62)
2.3.7.2.1.0.00.00 LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS CONSOLIDAÇÃO	(4.067.745.405,45)	165.324,60	(4.067.580.080,85)
2.3.7.2.1.02.00 LUCROS ACUMULADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(4.067.745.405,45)	165.324,60	(4.067.580.080,85)
2.3.7.2.2.0.00.00 LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS INTRA-OFSS	4.389.005.399,95	(55.352.329,30)	4.333.653.070,65
2.3.7.2.2.01.00 LUCROS E PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO - INTRA OFSS	-	(673.013,33)	(673.013,33)
2.3.7.2.2.02.00 LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.389.005.399,95	-	4.389.005.399,95
2.3.7.2.2.03.03 AJUSTES DO ATIVO (DIREITOS NÃO FINANCEIROS)	-	(54.679.315,97)	(54.679.315,97)
2.3.7.2.3.0.00.00 LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS INTER	(342.719.763,42)	-	(342.719.763,42)
2.3.7.2.3.02.00 LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(342.719.763,42)	-	(342.719.763,42)
TOTAL DOS AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - VALOR LÍQUIDO	(21.459.768,92)	(29.749.657,98)	(51.209.426,90)

Apresenta-se a conciliação dos ajustes por fato contábil:

AJUSTES DO ATIVO (DIREITOS NÃO FINANCEIROS)	R\$
Categoria de Gasto: 1 - Pessoal e Encargos	(32.821.551,01)
Categoria de Gasto: 3 - Outras Despesas	677.346,76
Categoria de Gasto: 4 - Investimentos	(22.496.079,15)
Categoria de Gasto: 6 - Amortização da Dívida	(39.032,57)
BAIXA DE DIREITOS A RECEBER DO TESOUREIRO DO DISTRITO FEDERAL POR SUBVENÇÕES A CURTO PRAZO INSCRITAS EM 31.12.2020	(54.679.315,97)
BAIXA DE RECURSOS A LIBERAR POR PARTE DO TESOUREIRO DO DISTRITO FEDERAL POR SUBVENÇÕES A LONGO PRAZO:	(673.013,33)
AJUSTES DO ATIVO NÃO FINANCEIRO - OUTROS CRÉDITOS	(110.708,74)
Recebimentos de ressarcimento de despesas de Energia elétrica, água e taxa de esgoto, do complexo Administrativo desta Empresa das dependências da ASCAP – ref. 2020.	(126,55)
Recebimentos de ressarcimento de despesas relativas a imóveis de propriedade da NOVACAP - IPTU/TLP - 2020 - imóvel cedido ao TJDF - Cessão de Uso nº 002/2019	(88.984,02)
Baixa de valores a receber por cheque devolvido - prescrição Parecer DEJUC/DJ - Proc. 0112-002741/1997	(21.598,17)
ESTORNO PARA CORREÇÃO DE ERRO DE LANÇAMENTO DE AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	393,60
VALOR REFERENTE À REALIZAÇÃO DE AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL DE TERRENOS E EDIFICAÇÕES	165.324,60
BAIXAS DO DECRETO Nº 41.652, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2020	25.547.661,86
TOTAL DOS AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(29.749.657,98)

### 15.2 Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

Os registros de saldos nessa conta se referem à rotina de procedimentos de realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial, na proporção da depreciação das edificações que foram objeto de ajuste ao custo atribuído, em 2017, nos termos da legislação aplicável.

## 16. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes ao término do exercício de 2020, ora divulgados decorrem da necessidade de observância à NBC T 24 (R1) e foram identificados, respectivamente, em fevereiro e abril de 2021.

### 16.1 Recursos Vinculados – Caixa Econômica Federal

Trata-se de prestação de contas do Convênio 798733/2013 - SUDECO/NOVACAP, devidamente aprovada pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, conforme Ofício nº 2795/2020 – DPC/CGEOFPC/DA/SUDECO, cujo objeto foi a compra de máquinas e equipamentos para manutenção de redes de águas pluviais em todo o Distrito Federal.

Em 19.02.2021, o Departamento Financeiro da NOVACAP emitiu a Guia de recolhimento 2021GR00126, no valor de R\$ 36.763,76, para regularização de saldo, após identificação de transferência financeira entre contas - Convênio 798733/2013 - SUDECO/NOVACAP – ocorrida no dia 06/09/2018, conforme ordem bancária de transferência voluntária – (OBTV) 2018OB800004. Nessa mesma data foram emitidas as guias de recolhimento nº 2021GR00127 e 2021GR00128, nos valores de R\$ 259,13 e R\$ 491,20, respectivamente para reconhecer crédito de TEDs de rendimentos de aplicação financeira efetivadas nos dias 07/08 e 31/10/2018. Encontra-se em análise de evento contábil apropriado, por parte da equipe da Subsecretaria de Contabilidade do Distrito Federal e do Departamento Financeiro da NOVACAP, o registro da 2018OB800006 03/10/2018 de 13:50:30 no valor de R\$ 220.582,51.

### 16.2 Subvenções a Receber – Curto Prazo X Passivos subvencionados

O valor dos passivos sujeitos a subvenções governamentais de curto prazo foi superavaliado em R\$ 2.511.913,57, por lançamento indevido da 2021NL03239 de 31.03.2021. Identificada a diferença no valor das solicitações das subvenções a receber correspondentes, foi realizado o estorno da citada nota de lançamento por meio da 2021NL03241.



FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE  
DIRETOR-PRESIDENTE  
CPF 131.653.806-00



RUBENS DE OLIVEIRA PIMENTEL JUNIOR  
DIRETOR FINANCEIRO  
CPF 669.878.061-87



MIRIAN PATRÍCIA AMORIM  
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE  
CRC – 0325.033/DF- O



## **Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações contábeis intermediárias**

À Diretoria e Acionistas da

**COMPANHIA URBANIZADORA NA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP**

Brasília - DF

### **Introdução**

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Urbanizadora na Nova Capital do Brasil (“Companhia” ou “NOVACAP”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão trimestral é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

São Paulo, SP, 28 de maio de 2021.



Aderbal Alfonso Hoppe  
Sócio

Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP  
TATICCA Auditores Independentes S.S.  
CRC 2SP-03.22.67/O-1